

Plenário do Congresso se reúne em sessão especial para aprovar o substitutivo do senador Valdir Raupp ao projeto do Orçamento para o exercício de 2007

Saiba para onde vai o dinheiro do Orçamento da União

O **Jornal do Senado** publica nesta edição um encarte especial com os números do Orçamento de 2007, que determina onde deve ser

aplicado o dinheiro público. O texto orçamentário, que segue para sanção presidencial, prevê investimentos da ordem de R\$ 76 bilhões para 2007. O

salário mínimo foi fixado em R\$ 380. Já a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física será reajustada em 4,5% a partir de janeiro.

PÁGINAS 7 A 10

Renan faz balanço e comemora aprovação de 2.600 propostas

PÁGINA 2

Senadores que deixam a Casa em 2007 fazem despedida emocionada

PÁGINA 12

Senado entra em recesso após semana com dezenas de votações

PÁGINAS 2 A 5

— cidadania

Por que é preciso participar das reuniões de condomínio

A maioria das pessoas vai às reuniões do condomínio somente quando é afetada pelo que será decidido. Mas quem não comparece perde a oportunidade de opinar, votar e decidir. Veja no *Especial Cidadania* o que deve estar registrado na convenção de condomínio, como deve ser feita uma assembléia, e dicas para saber se o condomínio é bem administrado.

PÁGINA 16

e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

FRASES

VOZ DO LEITOR

AGORA É LEI

Página 13

Impresso Especial
5362005/DR/BSB
SENADO FEDERAL
CORREIOS



Infra-Estrutura: Jucá, Mercadante, Tourinho, Delcídio e César Borges debatem Lei do Gás

Comissão aprova lei que regula o mercado de gás natural

O marco regulatório para o mercado de gás natural no Brasil foi aprovado por unanimidade na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em

decisão terminativa. A chamada Lei do Gás foi acatada por meio de substitutivo de Sérgio Guerra a projeto de Rodolpho Tourinho.

PÁGINA 6

PLENÁRIO

Parlamentares poderão propor ação civil pública

O Senado aprovou substitutivo da Câmara ao projeto de lei apresentado pelo senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), que legitima senadores, deputados federais, deputados estaduais e vereadores para a propositura de ação civil pública. Com a alteração, ficam também legitimados para propor esse tipo de ação os governadores dos estados e do Distrito Federal, os

prefeitos, a Defensoria Pública e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e suas seccionais.

Entre os objetivos principais da ação civil pública estão a apuração de responsabilidades por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

O projeto (PLS 131/02) altera

o artigo 5º da Lei 7.347 de 1985 que disciplina a ação civil pública. De acordo com o referido diploma legal, essa ação já poderia ser proposta pelo Ministério Público, pela União, estados e municípios, por autarquia, empresa pública, fundação, sociedade de economia mista ou ainda por associação que esteja constituída na data da propositura há pelo menos um ano nos termos da lei civil.



GERALDO MAGELA

Renan faz balanço dos trabalhos do Senado em 2006 e destaca o exame de propostas importantes para o país

Renan: "Votamos tudo e cumprimos nosso dever"

Ao fazer um balanço das atividades da Casa em 2006, o presidente do Senado, Renan Calheiros, agradeceu o apoio dos servidores e de todos os senadores no último biênio e comemorou o grande número de matérias aprovadas em 2005 e 2006 (mais de 2.600). Ao destacar essa produtividade, disse que o Senado pela primeira vez em 16 anos votou mais matérias originadas no Legislativo.

– Votamos absolutamente tudo que tínhamos

para votar, como o Fundeb, o Supersimples, a recriação da Sudene, a mudança nos ritos do Orçamento, a lei de combate à violência doméstica, a reforma infraconstitucional do Judiciário. O dever foi cumprido durante esta legislatura.

Além disso, o presidente citou as aprovações do marco regulatório do saneamento básico e da Lei de Incentivo

ao Esporte, e a construção, em parceria com as centrais sindicais e o Poder Executivo, de uma política permanente de valorização do salário mínimo. Renan também lembrou as seis CPIs do período, o trabalho das comissões, a criação do Siga Brasil, o pacote contra o crime organizado, a redução

do recesso e o fim do pagamento nas convocações extraordinárias, além da mudança nas regras de tramitação das medidas provisórias.

"A harmonia e independência entre os três Poderes foram asseguradas"

– A harmonia, o equilíbrio e a independência entre os três Poderes foram assegurados. A sintonia com os interesses da população foi garantida através de amplo diálogo.

Renan salientou ainda a inauguração do canal aberto da TV Senado em Salvador e anunciou que a emissora chegará da mesma forma a outras 12 capitais em 2007.



Plenário decide que parlamentares, prefeitos e governadores podem ser autores de ação civil pública

Aprovadas indicações para ANTT e Dnit

A recondução de Francisco de Oliveira Filho para o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) foi aprovada pelo Senado. Outro nome aceito como diretor do mesmo órgão foi Wagner de Carvalho Garcia. Michel Dib Tachy teve sua indicação aprovada para cargo de diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit). Ao comentar a indicação de Tachy, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que se trata de "paraense renomado com conhecimento em transporte aquaviário" e frisou a importância de a Amazônia ser representada pela necessidade de desenvolvimento do sistema hidroviário em benefício do país.

Permissão para executar serviço de radiodifusão na Paraíba

O Senado também aprovou projeto de decreto legislativo (PDL 463/06) que outorga permissão para que a Fundação Virgínius da Gama e Melo execute serviços exclusivamente educativos de radiodifusão sonora em frequência modulada em Campina Grande (PB) por dez anos, sem direito de exclusividade.

Cinco embaixadores são confirmados

O Plenário acolheu mensagens presidenciais propondo a indicação de cinco embaixadores do Brasil. Foram confirmadas as indicações de Kátia Godinho Gilaberte para a Mauritânia; Bernardo Pericás Neto, para Cuba; João Inácio Oswald Padilha, para Botsuana; Agemar de Mendonça Sanctos, para a República da Guiné Equatorial; e Pedro Luiz Rodrigues, para o Chade. Kátia Gilaberte exercerá o cargo cumulativamente com o de embaixadora no Senegal. Pedro Luiz Rodrigues acumulará o cargo com o de embaixador na Nigéria. Pericás Neto exercerá o cargo cumulativamente em Antígua e Bermuda. Sua escolha para Cuba foi elogiada pelos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Aloizio Mercadante (PT-SP). O diplomata Regis Percy Arslanian teve a indicação acolhida para o cargo de delegado permanente junto à Associação Latino-Americana de Integração e ao Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Câmara rejeita emendas à Lei do Esporte

A presença e pressão de diversos artistas, que tentaram desvincular as doações feitas ao esporte da mesma fonte de dedução do Imposto de Renda destinado à cultura, não impediram que os deputados federais rejeitassem as emendas dos senadores ao Projeto de Lei 1.367/03.

Permanece, assim, o texto da Câmara, de autoria do deputado Bismarck Maia (PSDB-CE), segundo o qual em ambos os casos – cultura ou esportes –, as deduções devem ser somadas a outras realizadas, dentro dos limites de 4% e 6% sobre o imposto devido de pessoa jurídica e de pessoa física, respectivamente. O texto segue agora para sanção presidencial.

Emenda do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) permitia que as deduções tivessem os mesmos percentuais, mas os incentivos aos esportes seriam incluídos na legislação que trata de programas de alimentação do trabalhador e de renovação científica e tecnológica, respectivamente, leis 6.321/76 e 8.661/93, sem competir com a Lei Rouanet (cultural).

A segunda emenda, apresentada por Ideli Salvatti (PT-SC), estabelecia a obrigatoriedade de decretos anuais determinando o volume total dos recursos arrecadados, além do percentual que caberia a cada uma das modalidades esportivas: educacional, de participação e de rendimento, ou seja, as competições.

Lula garante que MP vai recuperar acordo

O acordo costurado no Senado entre as classes artística e esportiva para a defesa de recursos para as respectivas áreas, apesar de rejeitado em votação na Câmara, será garantido por meio de medida provisória. A promessa foi feita pelo próprio presidente Lula, em ligação ao presidente do Senado, Renan Calheiros, após manifestação do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) na última quinta-feira.

Cristovam explicou que, com a rejeição da emenda pela Câmara, a partir de 2007 os recursos da Lei Rouanet, até então reservados integralmente para a cultura, serão divididos, com uma parte considerável passando a ser destinada ao esporte.

– É preciso que interfiram no que tal-

vez se torne uma tragédia para a cultura brasileira – disse.

Vários senadores apoiaram a manifestação. Wellington Salgado (PMDB-MG), co-autor da emenda de Cristovam, lamentou que a Câmara não tenha entendido o sentido do projeto – que, como afirmou, não retira dinheiro do trabalhador, mas, sim, obtém fundos a partir da isenção de impostos de empresas que adotem programas de alimentação dos trabalhadores, como tíquetes alimentação.

O projeto deve ser sancionado ainda este ano para garantir a aplicação de recursos em 2007, mas, concomitantemente, deve ser editada a MP com o texto da emenda rejeitada.

PLENÁRIO

Brasil adere à convenção da ONU contra tortura

Vai à promulgação o Projeto de Decreto Legislativo 478/06, que aprova o texto do Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, adotado em Nova York no dia 18 de dezembro de 2002. Como a matéria já havia passado pela Câmara dos Deputados, a aprovação pelo Plenário do Senado permite ao presidente da República anunciar à ONU que o Brasil adere, do ponto de vista pleno, ao pacto. O objetivo do protocolo é prevenir a prática de torturas e outras formas de maus-tratos por meio da criação de mecanismos independentes, nos âmbitos nacional e internacional, para a realização de visitas regulares e não anunciadas a centros de detenção, como prevê a Convenção Contra a Tortura. O documento estabelece ainda que os peritos responsáveis pelas visitas deverão fazer recomendações e manter diálogo construtivo com as autoridades governamentais. A matéria foi aprovada em regime de urgência.

Auxílio-invalidez para militar das Forças Armadas será reajustado

O projeto da Câmara que altera o valor do auxílio-invalidez a militares das Forças Armadas que estão na inatividade remunerada foi aprovado pelo Plenário do Senado. A matéria (PLC 113/06) vai à sanção do presidente da República. Esse auxílio destina-se ao militar que necessitar de internação especializada, assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatados por Junta Militar de Saúde. Estende-se ainda ao militar que, por prescrição médica, homologada pela Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem. O auxílio-invalidez será pago no valor de sete cotas e meia de soldo ou no valor de R\$ 1.089 – prevalecendo o que for maior –, com pagamento retroativo a 1º de janeiro de 2006. Ao encaminhar a votação da proposição, Marcelo Crivella (PRB-RJ) defendeu a revisão do valor do benefício, “fundamental para minorar o sofrimento dos militares inválidos que necessitam de hospitalização e cuidados de enfermagem”.



Entre os projetos votados em Plenário pelos senadores estão benefícios para militares aposentados e ratificação de acordos

Bolsista do ensino médio poderá ter acesso ao ProUni

O Plenário do Senado aprovou, em regime de urgência, projeto de autoria do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que estende o atendimento do Programa Universidade para Todos (ProUni) aos estudantes beneficiados com bolsa parcial no ensino médio privado. Por ter sido aprovada com emenda,

a matéria vai à Câmara dos Deputados.

O programa destina-se prioritariamente à criação de vagas para estudantes carentes. Além dessa preocupação, o ProUni reserva vagas para portadores de necessidades especiais e contempla a formação de professores da rede pública de ensino.

Segundo a justificativa do autor da proposta (PLS 260/05), o programa ofereceu 112 mil bolsas em 2005, entre integrais e parciais, das quais 107 mil foram preenchidas. Desse modo, 5 mil bolsas, ou 4% da oferta, ficaram ociosas.

Para Zambiasi, num país carente de educação como o Brasil, o atendimento do programa a

estudantes de nível médio, no caso, habilitados na condição de bolsistas parciais é fundamental. Segundo o parlamentar, além de não comprometer a efetividade do ProUni, o bolsista parcial do ensino médio beneficiado pela proposta aprovada “não terá acesso a bolsa integral no ensino superior”.

Aprovadas mudanças na política de resseguro

O Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), que é estatal, não terá mais o monopólio na sua área de atuação. Com a aprovação pelo Senado do Projeto de Lei Complementar 127/06, que agora segue para sanção presidencial, o mercado de resseguros será dividido com empresas do setor.

Resseguro é a operação pela qual uma companhia seguradora se alivia parcialmente do risco de um seguro firmado, contraindo novo seguro em outra companhia.

Pelo projeto, que foi elaborado pelo Executivo com vistas ao desenvolvimento do mercado securitário nacional, o IRB será substituído como órgão controlador pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e passará a

ser uma sociedade anônima com a denominação IRB-Brasil Seguros S.A.

O projeto também trata de outras operações. A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) se opôs à proposta, que, para ela, favorece grandes seguradoras estrangeiras.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), reagiu sustentando que a proposta não prevê a privatização, mas a moralização e melhoria do setor.

Delcídio Amaral (PT-MS) apontou como mérito a perspectiva de viabilização do seguro agrícola no país. Já Aloizio Mercadante (PT-SP) afirmou que a proposta abre espaço para atuação do capital privado, mas não para a privatização do patrimônio público.

Plenário ratifica acordo entre Brasil e Argentina

O projeto que ratifica o texto do Acordo Quadro de Cooperação em Matéria de Defesa entre o Brasil e a Argentina, celebrado em 30 de novembro de 2005, foi acolhido pelos senadores. A matéria (PDL 500/06) segue para promulgação.

O memorando de entendimento afirma que o objetivo é desenvolver as relações entre os dois países, por meio da cooperação em assuntos políticos e estratégicos de interesse mútuo em matéria de defesa. Visa também o interesse comum na manutenção da paz e segurança no plano internacional, por meio da busca de solução pacífica para os conflitos internacionais.

O Plenário aprovou ainda o Projeto de Decreto Legislativo 501/06, que ratifica o texto da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Esse tratado

havia sido celebrado na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) realizada em 2005.

Conforme o Ministério da Cultura, o texto do tratado reforça os conceitos apresentados na Declaração Universal sobre Diversidade Cultural, a qual trata a diversidade cultural como patrimônio da humanidade. O acordo também cria o Fundo Internacional para a Diversidade Cultural, a ser gerido pela Unesco e formado por contribuições voluntárias de países.

Ainda segundo o Ministério da Cultura, entre os objetivos do tratado estão a proteção e a promoção da diversidade cultural, o incentivo ao diálogo entre as culturas e o reconhecimento da cultura para o desenvolvimento de todos os países. O projeto vai à promulgação.

Mudança no regimento do Senado fixa período de funcionamento da Casa

O Plenário aprovou o projeto de resolução (PRS 39/06) que altera o Regimento Interno do Senado para estabelecer o período de funcionamento da Casa e a data de realização das sessões legislativas preparatórias. Fica estabelecido que o Senado funcionará de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de

agosto a 22 de dezembro, conforme já prevê a Constituição federal.

O presidente da comissão especial criada para adaptar o Regimento Interno à emenda constitucional que alterou o período de recesso da Casa, senador Marco Maciel (PFL-PE), explicou que o projeto não tem

significado maior além de dar conformidade ao que já estabelece à Constituição.

– Sem essa alteração, teríamos a Constituição fixando uma data de funcionamento do Senado e o Regimento, outra. Não ficaria bem entrar em período de recesso sem ter feito essa adaptação – opinou Maciel.

PLENÁRIO

Parcelamento de imóvel rural passa no Senado

Imóveis rurais poderão ser divididos em áreas menores que a do módulo de propriedade rural – a área do módulo pode variar conforme a região. É o que prevê projeto de lei da Câmara dos Deputados aprovado pelo Plenário do Senado. A proposta, do deputado federal Osmar Serraglio (PMDB-PR), foi relatada por Osmar Dias (PDT-PR), o qual apresentou parecer

favorável ao texto. A matéria vai agora à sanção presidencial.

Na justificativa do projeto (PLC 31/04), Osmar Serraglio afirma que seu objetivo é oferecer “uma segunda fonte de renda” aos trabalhadores rurais volantes – mais conhecidos como bóias-frias. Para permitir o uso legal de áreas rurais menores que o módulo, a proposição prevê o acréscimo de dois parágrafos ao artigo 65 do Estatuto da Terra.

O projeto esteve próximo de ser votado no dia 21 de novembro passado, mas na ocasião o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), solicitou que a matéria retornasse à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) para nova apreciação. No requerimento para o envio do texto ao colegiado, Jucá assinala, entre outros pontos, que a proposta prejudica o Estatuto da Terra e precisa ser aperfeiçoada.



Osmar Dias apresenta parecer favorável à proposta

Roraima usará potencial energético de cachoeira

O substitutivo do senador Romero Jucá (PMDB-RR) a projeto de decreto legislativo (PDL 434/06) autorizando o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, na Cachoeira do Tamanduá, no rio Cotingo, em Roraima, foi aprovado em Plenário. A matéria será apreciada pela Câmara.

De acordo com o autor da matéria, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), a proposta tem o objetivo de apresentar ao país alternativa para evitar uma

eventual crise energética. O texto também condiciona a autorização à prévia instituição, pelo órgão indigenista competente, de medidas de proteção à integridade física, socioeconômica e cultural dos povos indígenas que habitam a região.

Outra previsão do projeto aprovado em Plenário é de que essa autorização só poderá ser plenamente exercida após a emissão, pelo órgão ambiental competente, dos respectivos Estudo e Relatório de Impacto Ambiental.

TRT gaúcho poderá criar cargos e funções

Projeto da Câmara que cria e transforma 1.721 cargos, efetivos e de confiança, no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 4ª Região – Rio Grande do Sul – recebeu a aprovação dos senadores (PLC 106/06). A proposta foi encaminhada pelo presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST). A implementação dos cargos será feita de forma gradual e conforme as dotações orçamentárias autorizadas. A matéria segue para a sanção do presidente da República.

De acordo com a proposta, os cargos serão implementados de forma paulatina, a partir

da entrada em vigor da lei até janeiro de 2009. Serão criados um cargo de juiz substituto, 754 cargos efetivos, 650 funções comissionadas e transformadas 317 funções comissionadas essenciais à reestruturação daquele TRT.

Em sua justificativa, o TST alega que a medida se tornou necessária devido ao crescente número de ações ajuizadas naquela Justiça especializada, com a conseqüente elevação do volume de serviços dos servidores. Com isso, foi necessária a adoção de providências que viabilizem a adequação da estrutura organizacional do órgão.



Renan (E), ao lado de Antonio Carlos, Romeu Tuma e Sérgio Guerra, preside votações no Plenário

Prédio terá conta individual de água

O Senado aprovou na quarta-feira o projeto da Câmara que prevê a cobrança individualizada das contas de abastecimento de água para residências ou estabelecimentos comerciais localizados em condomínios novos.

Para realizar a medição individual do consumo, a proposta prevê a instalação de hidrômetros – aparelhos que medem o gasto de água – nas edificações que forem construídas após o início da vigência da nova lei. A matéria (PLC 42/06), do

deputado Júlio Lopes (PP-RJ), será submetida à sanção do presidente da República.

Entre os argumentos do parlamentar para justificar seu projeto está o de que a cobrança individual do consumo é mais justa, pois evita distorção típica dos condomínios: como a conta é dividida igualmente, aqueles que consomem menos arcam com os custos daqueles que consomem mais. Além disso, a cobrança em separado estimularia o uso adequado de água.

Outro argumento de Júlio

Lopes: com os hidrômetros a serem instalados nas edificações novas, os consumidores podem saber a quantidade de água que estão consumindo – o que é um direito previsto no Código de Defesa do Consumidor.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou que há a possibilidade de a matéria ser vetada pelo presidente Lula. Isso dependerá, segundo ele, da análise de questões relacionadas à tarifa social, a isenções sociais e à compatibilidade com a nova lei de saneamento.

Ministério Público recebe áreas no Rio

Projeto da Câmara, de iniciativa do Executivo, que autoriza a desapropriação de dois imóveis do município do Rio de Janeiro em favor do Ministério Público Federal (MPF) foi aprovado terça-feira pelo Senado. A matéria (PLC 120/06) vai à sanção presidencial.

O relator, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), apresentou parecer favorável à aprovação da matéria.

O texto trata dos lotes 2 e 3 da Quadra D, localizados entre as avenidas Nilo Peçanha, Graça Aranha, Almirante Barroso e rua Debret, no centro da cida-

de. Eles já foram declarados de utilidade pública para a execução de atividades do MPF. De acordo com o Decreto-Lei 3.365/41, a União, os estados, os municípios, o Distrito Federal e os territórios podem desapropriar bens que sejam de utilidade pública.

Fim do efeito suspensivo em apelação

O Plenário do Senado acolheu o projeto da Câmara, de autoria do deputado Colbert Martins, que altera o Código de Processo Civil para conferir efeito devolutivo à apelação. O projeto acaba com a regra geral que atribui efeito suspensivo à apelação, devendo esta ser recebida apenas no efeito devolutivo, salvo nos

casos de dano irreparável ou de difícil reparação.

No efeito suspensivo, a execução é interrompida até que a apelação – ou recurso contra uma sentença judicial – seja julgada. Já no efeito devolutivo, não há interrupção da execução durante o julgamento do recurso.

O PLC 30/04, que seguiu para a sanção presidencial, ao prever o fim do efeito suspensivo, deve aumentar a celeridade dos tribunais de justiça e valorizar ainda as decisões de juízes de primeira instância, porque acabará com as vantagens oriundas da interposição de recursos meramente protelatórios.

Aprovada verba para fomento à exportação

A prestação de auxílio financeiro de R\$ 1,95 bilhão pela União aos estados e municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do país, está prevista no projeto de conversão proveniente da Medida Provisória 328/06, aprovada pelo Senado Federal. A proposta também reajusta a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) de 2007 em 4,5%.

De acordo com o projeto, o rateio das parcelas dos municípios obedecerá a coeficientes individuais de participação na distribuição da parcela do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) de seus respectivos estados, a serem aplicados no exercício de 2006.

O relator da matéria, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), ofereceu parecer favorável ao texto. Conforme sua justificativa, a MP devolve recursos aos estados e municípios e ainda permite a correção da tabela do IR.

A matéria foi aprovada com duas emendas e volta à Câmara dos Deputados.

Pernambuco autorizado a contratar US\$ 30 mi

O governo de Pernambuco está autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de até US\$ 30 milhões, destinados ao financiamento adicional ao Projeto de Combate à Pobreza Rural no estado (PCR II). É o que prevê o Projeto de Resolução 56/06, acolhido pelos senadores. A matéria vai a promulgação.

A proposição, relatada por Romero Jucá (PMDB-RR) na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), tem por finalidade dar prosseguimento às ações implementadas na primeira fase do programa, que também contou com empréstimos do Bird no ano de 2002. Conforme Jucá, essa segunda fase deverá promover a melhoria das condições de vida de cerca de 80 mil famílias no período de 2007 a 2009, por meio do acesso a subprojetos de infra-estrutura e de desenvolvimento humano.

Deverão ainda ser beneficiadas as populações indígenas e quilombolas, por meio de geração de renda e de trabalho.

PLENÁRIO

Mudança na CLT agiliza processos trabalhistas

Os processos trabalhistas poderão ser agilizados com a aprovação, pelo Senado, do projeto que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dispor sobre o recurso de revista e criar incidente de uniformização de jurisprudência na Justiça do Trabalho (PLC 105/06). As quatro emendas apresentadas na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) também foram acolhidas.

O projeto dá nova redação ao art. 896 da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943. O relator do projeto na CAS, senador Delcídio Amaral (PT-MS), disse que o texto, encaminhado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), vai proporcionar mais celeridade à Justiça trabalhista. A matéria volta à Câmara dos Deputados.

Delcídio explicou que o projeto restringe as hipóteses de cabimento de recursos de revista – contidas na alínea b do artigo 896 da CLT – para que esse instrumento seja utilizado apenas em apreciação de divergência quanto à aplicação de leis estaduais.

Pela legislação atual, informou, o recurso de revista pode ser interposto para dirimir divergências entre os tribunais regionais em relação a leis estaduais, convenções e acordos coletivos, sentenças normativas e regulamentos de empresas que possuam aplicabilidade em área territorial mais ampla do que a competência dos tribunais regionais do Trabalho.

Em relação às divergências entre tribunais regionais quanto à interpretação de regulamento da empresa, de sentença normativa,

de convenção ou acordo coletivo, disse Delcídio, a proposta aprovada determina que poderá ser suscitado incidente de uniformização de jurisprudência, a ser processado pela Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

De acordo com emenda apresentada pelo relator, somente será admitido o recurso de revista em causas trabalhistas com valor inferior a 60 salários mínimos por contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do TST e violação direta da Constituição. Pela proposta original da Presidência da República, não caberia recurso de revista para causas com valor abaixo do referido.

Na opinião do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), presidente da CAS, a medida pode evitar recursos meramente protelatórios, que têm o objetivo de

prolongar a decisão da Justiça. Assim, explicou, caso a proposta seja transformada em lei, poderá contribuir para desafogar os processos judiciais que tramitam na Justiça do Trabalho. Ele observou que, atualmente, há acúmulo de processos nos tribunais e a decisão de um litígio pode demorar de 15 a 25 anos.

Durante a votação da proposta na CAS, Valadares fez breve relato das atividades desenvolvidas pela comissão em 2006. Entre os projetos aprovados, ele destacou o que regulamenta o exercício profissional da medicina (PLS 268/02), relatado pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), e os que beneficiam idosos, afrodescendentes e pessoas com deficiência.

Adiada votação sobre plantio de transgênicos

Sem acordo, os senadores deixaram para 2007 a votação do projeto de conversão à Medida Provisória 327/06, que permite o cultivo de organismos geneticamente modificados (OGMs) em zonas de amortecimento de unidades de conservação – áreas do entorno, onde as atividades estão sujeitas a normas e a restrições específicas –, em áreas de proteção de mananciais de água utilizável para abastecimento público e em áreas declaradas como prioritárias para a conservação da biodiversidade.

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) ponderou que concordava com a votação, desde que não fosse por voto simbólico.

– Quem quiser votar que venha e bote a cara no Plenário.

Heloísa disse que o conteúdo da MP não é “nenhuma catástrofe”, mas que só aceita a votação com o quórum adequado.

A MP revoga o artigo 11 da Lei 10.814/03, que veda o plantio de soja transgênica nas áreas agora liberadas pela MP.

Ficam proibidos, pela medida, a pesquisa e o cultivo de transgênicos em terras indígenas e em unidades de conservação, mas permite-se o plantio em áreas de proteção ambiental (APAs).

Para o cultivo em APAs e zonas de amortecimento, é preciso que os OGMs sejam incluídos no plano de manejo da unidade de conservação, devendo ser observadas as decisões técnicas da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio).

O relator da matéria na Câmara, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), propôs a redução do quórum para as decisões da CTNBio, de dois terços dos integrantes – 18 votos – para maioria absoluta, ou seja, 14 dos 27 membros.

Para o deputado, o atual quórum impede o avanço das pesquisas e leva os pesquisadores brasileiros a procurar outros países para desenvolverem estudos.

Ambientalistas afirmam que a MP atende a pressões das multinacionais produtoras de sementes transgênicas.

JOSÉ CRUZ



Senadores aprovam em Plenário diversas autorizações de empréstimos e mudanças na CLT

Prisão deverá ser notificada em 24 horas

Dentro de 24 horas após a realização de uma prisão em flagrante, deverá ser entregue à Defensoria Pública cópia da nota de culpa, assinada pela autoridade responsável, com nome do condutor, nome das testemunhas e motivo da prisão. Projeto nesse sentido (PLC 77/06), aprovado pelo Plenário, pretende assegurar aos presos o regular exercício do direito constitucional do contraditório e da ampla defesa.

A matéria, que altera o Código de Processo Penal (Decreto-Lei 3.689/1941), permitirá a prestação imediata de assistência jurídica ao preso. O projeto estabelece que a prisão seja comunicada imediatamente ao juiz

competente e à família do preso, ou a pessoa por ele indicada. O texto vai à sanção.

O deputado Albérico Filho (PMDB-MA), autor da proposição, explica que a rápida atuação da Defensoria possibilitará ao acusado ter conhecimento claro da imputação, apresentar alegações contra a acusação, acompanhar a prova produzida e fazer contraprova, ter defesa técnica elaborada por advogado e recorrer da decisão que decretou a prisão.

– O acesso efetivo à assistência jurídica é corolário do exercício da ampla defesa e do contraditório, além de ser pressuposto da justiça social em uma ordem democrática. Nesse sentido,

a imposição da comunicação da nota de culpa em 24 horas assegura os direitos do cidadão comum, fato imperativo em um Estado democrático de direito – observou, acrescentando que, de acordo com a legislação atual, a intervenção jurídica da Defensoria pode demorar muito.

Para o relator Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS), a proposição é inovadora ao prever a assistência da Defensoria Pública se o detento não apresentar seu próprio advogado em 24 horas. A aprovação do projeto, disse, trará melhorias no desempenho da atividade policial, pois a imediata comunicação da prisão ao juiz e à família poderá prevenir a ocorrência de arbitrariedades.

Empréstimo favorece agências reguladoras

O Plenário aprovou mensagem que autoriza a União a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de até US\$ 3,8 milhões, para o fortalecimento das agências reguladoras. A verba vai financiar o Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para a Gestão em Regulação. A matéria foi relatada pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR). Para Heráclito Fortes (PFL-PI), o país sofre pela falta de regras claras para o funcionamento das agências reguladoras.

Recurso externo para equipamentos hospitalares

O governo poderá contratar empréstimo junto ao DF Deutsche Forfait S.R.O., no valor de US\$ 3,074 milhões, para aquisição de equipamentos hospitalares destinados ao tratamento de câncer e à realização de diagnósticos por imagem e por endoscopia. É o que prevê a mensagem da Presidência da República 244/06, acolhida em Plenário. A compra tem como objetivo dotar de infra-estrutura de alta tecnologia 50 unidades hospitalares no país. A matéria foi votada a pedido de Romero Jucá (PMDB-RR), Romeu Tuma (PFL-SP) e Aloizio Mercadante (PT-SP).

Transpetro poderá modernizar e expandir frota

Autorização para a Petrobras Transporte S.A. (Transpetro) ampliar sua capacidade de endividamento em R\$ 5,6 bilhões foi aprovada pelos senadores na quarta-feira (PRS 49/06). Com a medida, a subsidiária da Petrobras poderá levantar empréstimo junto ao Fundo de Marinha Mercante (FMM) para financiar programa de modernização e expansão de sua frota de navios. O programa destina-se à construção e à reforma de navios no país, visando alavancar o setor naval brasileiro. Devem ser adquiridas 42 novas embarcações de grande porte.

Senado autoriza doação de até R\$ 20 milhões ao Paraguai

Os senadores acolheram, em Plenário, o projeto da Câmara que autoriza o governo brasileiro a doar até R\$ 20 milhões ao Paraguai (PLC 121/06). De acordo com o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que proferiu pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) parecer favorável ao projeto, o dinheiro será utilizado na implementação do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem). A matéria vai à sanção presidencial.

Projeto de combate à pobreza no Piauí terá US\$ 22,5 milhões

O governo do estado do Piauí poderá contratar operação de crédito externo junto ao Banco Mundial (Bird), no valor de US\$ 22,5 milhões. Projeto nesse sentido foi acolhido pelo Plenário e vai a promulgação. A matéria prevê a destinação de recursos ao Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR) no estado. A proposição deveria ter sido analisada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), mas, com a necessidade de exame urgente, foi encaminhada diretamente ao Plenário, onde foi aprovada por unanimidade.

COMISSÕES

Novas regras para o mercado do gás natural

O marco regulatório para o mercado de gás natural no Brasil foi aprovado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), por unanimidade. O substitutivo de Sérgio Guerra (PSDB-PE) a projeto de Rodolpho Tourinho (PFL-BA), batizado de Lei do Gás, recebeu decisão terminativa na comissão.

Na prática, a política energética nacional para o gás natural é um conjunto de medidas que tem por meta incrementar a sua utilização em bases econômicas, mediante a expansão da produção e da infra-estrutura de transporte e armazenagem já existentes, além de garantir uma adequada proteção aos usuários e ao meio ambiente. A proposta (PLS 226/05) tem por objetivo ainda a promoção de um mercado competitivo para o gás natural, sem qualquer tipo de discriminação entre as empresas que nele atuam.

O projeto e a sua aprovação ganharam força após os conflitos

entre o Brasil e a Bolívia, por conta da decisão do presidente Evo Morales de nacionalizar as reservas de gás da Bolívia.

Nova lei prevê medida para evitar apagão

Atendendo a uma solicitação do ministro Silas Rondeau, de Minas e Energia, Sérgio Guerra apresentou emenda, acolhida pela comissão, determinando que, em caso de crise na produção de energia elétrica no país, as usinas termoeletricas passem a ter prioridade no recebimento do gás natural para que possam operar as suas turbinas.

A emenda ao artigo 53 do substitutivo, reconheceram os senadores, tem endereço certo: combater futuros apagões elétricos. Para Alberto Silva (PMDB-PI), a aprovação da Lei do Gás representa uma solução para evitar problemas futuros.

Foi aprovada ainda outra emenda, de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que abre possibilidade

para que o carregador contrate o serviço de transporte junto ao distribuidor ou produtor de gás natural, para comercializar o produto em áreas onde não existam redes de gás canalizado, sem prejuízo das concessões estaduais existentes.

Os senadores Delcídio Amaral (PT-MS) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) enaltecem a aprovação da Lei do Gás, ambos afirmando que a proposta abrirá caminho para que a iniciativa privada invista no setor. Já Aloizio Mercadante (PT-SP), que também aplaudiu a aprovação do texto, reconheceu que existe falta de gás natural no país, o que poderá ser sanado, conforme observou, com a nova lei.

A CI aprovou ainda o aumento, de 18% para 30%, da cota dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), destinada ao setor de educação. O PLS 351/04, de Paulo Paim (PT-RS), obteve voto favorável do relator, senador Sérgio Guerra.

Aprovado plebiscito sobre fim do voto obrigatório

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) poderá realizar, durante as eleições municipais ou em data que achar conveniente, plebiscito para consultar a população sobre o fim do voto eleitoral obrigatório, a adoção do financiamento público de campanha e a reeleição dos chefes do Poder Executivo. É o que prevê substitutivo ao Projeto de Decreto Legislativo 1.494/04, aprovado pela CCJ.

– Se o Congresso não consegue decidir nas propostas que dizem respeito a estes temas, vamos devolvê-las à população para que se pronuncie – explicou o senador Gerson Camata (PMDB-ES), autor do projeto.

A data para a consulta vai ser fixada pelo TSE, mas será obrigatoriamente definida em no máximo um ano após a aprovação do texto. Jefferson Péres (PDT-AM) sugeriu incluir consulta sobre redução da maioria penal. A população também poderá opinar sobre a legalização do aborto, a união civil sobre pessoas do mesmo sexo e o fim do serviço militar obrigatório.



JANE ARAUJO

De acordo com a proposta de Camata, TSE deverá fixar a data da consulta popular

A CCJ aprovou ainda mudança nos limites do Parque Nacional de Jericoacoara (CE), a fim de instalar sistema de coleta e tratamento de esgotos para o núcleo urbano que circunda o parque.

Pelo projeto (PLC 76/06), a área incluiria, entre outros, dunas fixas e tabuleiros cobertos por vegetação nativa, manguezal do rio Gurui e faixas de praia não protegidas da atividade pesqueira. Segundo o relator *ad hoc*, Aloizio Mercadante (PT-SP), a análise do mérito caberá à Comissão de Meio Ambiente.

Ações trabalhistas vão exigir depósito prévio

Os autores de ações judiciais trabalhistas deverão fazer, obrigatoriamente, depósito prévio em valor equivalente a 20% do total da causa. Poderão ser dispensados da obrigatoriedade os casos em que for comprovada a falta de condições financeiras do autor.

A medida consta de projeto da Câmara (PLC 80/06) aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na quarta-feira.

A sugestão dessa alteração na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) foi feita pelos membros do Tribunal Superior do Trabalho (TST), para os quais a exigência de depósito prévio reduzirá a utilização exagerada das ações rescisórias com intenção procrastinatória no âmbito da justiça trabalhista.

– Com a aprovação desse pro-

jecto, harmoniza-se o processo trabalhista com sua fonte subsidiária, o Código de Processo Civil – justificou o relator, senador João Batista Motta (PSDB-ES).

Verba para irrigação no Nordeste e Centro-Oeste

Na mesma reunião, a CCJ decidiu prorrogar até 2018 a vigência da distribuição dos recursos destinados pela União à irrigação, dos quais 50% são para o Nordeste e 20% para o Centro-Oeste, conforme determina o artigo 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

O relator, Demostenes Torres (PFL-GO), deu parecer favorável a emenda de Plenário de Lúcia Vânia (PSDB-GO) pela qual é estabelecido que os recursos serão aplicados de acordo com plano diretor de irrigação regional.

Gás natural

O gás natural é uma mistura de hidrocarbonetos leves, que à temperatura ambiente e sob a pressão atmosférica permanece no estado gasoso. É um gás inodoro e incolor, não é tóxico e é mais leve que o ar. O produto é uma fonte de energia limpa, que pode ser usada nas indústrias, substituindo outros combustíveis mais poluentes, como óleos combustíveis, lenha e carvão.

O que é?

é predominantemente para aquecimento de ambientes. Na indústria, o produto é utilizado como combustível para fornecimento de calor, geração de eletricidade e de força motriz, como matéria-prima nos setores químico, petroquímico e de fertilizantes, e como redutor siderúrgico na fabricação de aço. Na área de transportes, é utilizado em ônibus e automóveis, substituindo o óleo diesel, a gasolina e o álcool.

Por ser um combustível fóssil formado há milhões de anos, trata-se de uma energia não renovável, portanto finita. O gás natural apresenta riscos de asfixia, incêndio e explosão. Mas existem meios de controlar os riscos.

Problemas

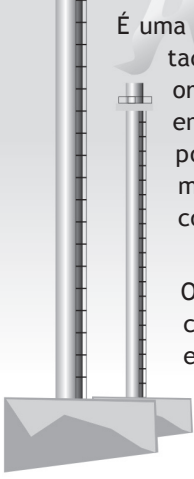
O gasoduto é uma rede de tubulações que leva o gás natural das fontes produtoras até os centros consumidores. O gasoduto Bolívia-Brasil transporta o gás proveniente da Bolívia para atender diversos estados brasileiros, entre eles Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Gasoduto

Origem

Aplicações

Nos países de clima frio, seu uso residencial e comercial



É uma energia de origem fóssil, resultando da decomposição da matéria orgânica fóssil no interior da Terra, encontrado acumulado em rochas porosas no subsolo, frequentemente acompanhado por petróleo, constituindo um reservatório.

O gás natural, após tratado e processado, é utilizado largamente em residências, no comércio, em indústrias e em veículos.

Nos países de clima frio, seu uso residencial e comercial



Fonte: Site www.ambientebrasil.com.br.

AVIAÇÃO

Comissão ouve delegado de Mato Grosso sobre o acidente da Gol

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) ouviu, na terça-feira, o delegado da Polícia Federal (PF) em Mato Grosso Ramón Almeida da Silva, que está à frente do inquérito sobre o acidente com o Boeing da Gol que vitimou 154 pessoas, em setembro passado, após chocar-se com um jato executivo Legacy.

A comissão também pretendia ouvir o coronel da Aeronáutica Rufino Antonio da Silva Pereira e os quatro controladores de voo do Cindacta 1 que estavam em serviço no momento da colisão, mas a Aeronáutica enviou uma justificativa de não-compare-

cimento, alegando que sua investigação não estava concluída ainda.

O objetivo principal da CMA é esclarecer todos os dados sobre o acidente para instruir a Proposta de Fiscalização e Controle nº 3, de 2006, que pretende disciplinar o sistema de controle de voo no Brasil e evitar que outros acidentes ocorram. Essa foi a terceira audiência pública realizada pela comissão.

O delegado Ramón Almeida disse que as investigações da Polícia Federal “estão longe de estar concluídas”. Ele nem sequer fez previsão sobre data de seu término e afirmou que não poderia



Heráclito Fortes e Flexa Ribeiro questionam o delegado da Polícia Federal, durante a terceira audiência pública realizada pela CMA

adiantar muitos detalhes sobre registros de voz do jato Legacy e do avião da Gol, porque a Aero-

náutica pediu sigilo ao fornecer esses dados.

Segundo Almeida, o inquérito

deve provar que “as causas do acidente foram várias e consecutivas”.

Ele reconheceu haver dados nas caixas-pretas que ainda não foram divulgados e vários outros detalhes que a Aeronáutica apresentou à PF que estão sob sigilo. Diante de tantas reticências, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI), sugeriu que a reunião tivesse uma parte secreta, proposta que o delegado acatou.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) quis saber o que disseram os pilotos do Legacy quando o *transponder* foi religado. O delegado prometeu esclarecer esses fatos durante a parte secreta da reunião.

Investimento fica em R\$ 76,7 bi

O Orçamento do segundo mandato do presidente Lula, aprovado na última sexta-feira pelo Congresso, sinaliza a disposição do governo de alavancar os investimentos públicos federais a partir de 2007. O volume global alcança R\$ 76,7 bilhões. Mas são as estatais, em especial a Petrobras, que continuam com maior capacidade de impulsionar esses investimentos, respondendo por R\$ 49,7 bilhões do total.

Embora o Congresso tenha feito um esforço para ampliar os investimentos provenientes de recursos arrecadados pelo Tesouro, que subiram dos R\$ 16,2 bilhões previstos no projeto do Executivo para R\$ 27 bilhões, esse valor está bem próximo do que foi autorizado em 2006. A última posição registrada pelo Siga Brasil mostra que, com o auxílio de R\$ 4,7 bilhões em créditos adicionais, o Congresso autorizou até agora R\$ 25,9 bilhões para o governo investir. Ou seja, os investimentos do Orçamento Fiscal e da Seguridade de 2007 são apenas 4,07% superiores aos de 2006.

A boa notícia é que, com a aprovação do Orçamento em dezembro, os recursos federais poderão começar a ser liberados em janeiro. O senador Valdir Raupp (PMDB-RO), relator-geral do Orçamento,



Raupp (2º à dir., cercado por deputados): clima de entendimento marca votação

lembrou que o atraso na deliberação do Orçamento deste ano, só aprovado em abril, e o calendário eleitoral atrapalharam a execução orçamentária, resumida a praticamente quatro meses. “O Orçamento volta a ser votado dentro do exercício anterior”, exaltou o presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Gilmar Machado (PT-MG).

Essa é uma contribuição do Congresso, segundo Raupp, para viabilizar os planos oficiais de aceleração do crescimento econômico. Mas, como observou o senador Aloizio

Mercadante (PT-SP) durante a votação do Orçamento, para a economia crescer 5% ao ano, os investimentos no país precisariam corresponder a 25% do produto interno bruto (PIB), com cerca de R\$ 100 bilhões em recursos públicos. Atualmente, segundo ele, os investimentos privados correspondem a 17,5% do PIB e os públicos entre 2% e 2,4% do PIB. O importante para crescer, disse, é conter os gastos correntes (como custeio, pessoal e Previdência) e priorizar os investimentos.

A região que irá receber o maior volume de investimen-

tos do Orçamento Fiscal e da Seguridade será o Nordeste, com 24,08% dos R\$ 27 bilhões. Seguem o Sudeste, com 15,49% do total; o Norte, com 12,15%; o Centro-Oeste, com 10,13%; e o Sul, com 9,06%. No entanto, a maior fatia, de 29,1% do total, permanece sem regionalização. O que significa que a alocação desses recursos continua sendo decidida pelo governo.

O último Orçamento alterado pelo Congresso dentro das normas da extinta Resolução nº 1, que disciplinava o funcionamento da CMO, refez a estimativa de receita

acrescentando R\$ 12,5 bilhões à arrecadação prevista pelo Executivo. Com esse acréscimo (que inclui o valor a ser transferido aos estados e municípios), a receita total subiu para R\$ 615,9 bilhões, correspondendo a 27,27% do PIB, com aumento da carga tributária em relação a 2006. Pela tabela divulgada pela Consultoria de Orçamento do Senado (Conorf), a receita total em 2006 deve chegar a 26,53% do PIB.

Descontados os repasses obrigatórios aos estados e municípios, a receita líquida aprovada pelo Congresso atingiu R\$ 512,5 bilhões. Segundo o líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), a área econômica deverá contingenciar o Orçamento aprovado, neutralizando o aumento de gastos incluídos pelas emendas parlamentares. No Orçamento de 2006, esse contingenciamento atingiu R\$ 15 bilhões, dos quais R\$ 6,6 bilhões continuavam bloqueados até a última quinta-feira.

Nesse segundo mandato, o governo deve manter o empenho nos gastos sociais, demonstrado nos últimos quatro anos (*ver infográfico nas páginas 8 e 9*). Mas reforçou os recursos para o Ministério da Defesa, sobretudo para atenuar a crise no controle do tráfego aéreo brasileiro.

Acordo garantiu mínimo de R\$ 380

O acordo firmado na última quarta-feira entre as centrais sindicais e o governo, permitindo que o salário mínimo seja elevado de R\$ 350 para R\$ 380 em abril próximo, oferece aos empresários previsibilidade nessa área até 2010. Pelo acordo, nos três anos seguintes o salário mínimo sempre aumentará pela inflação passada (INPC), acrescida do mesmo percentual de crescimento do PIB de dois anos antes.

Os ministros do Trabalho e da Previdência Social, Luiz Marinho e Nelson Machado, fecharam o acordo com as centrais sindicais na madrugada de quarta-feira e, depois do aval do presidente da República, procuraram o relator-geral do Orçamento de 2007, senador Valdir Raupp, para negociar a inclusão da mudança no projeto orçamentário. O relator havia decidido elevar o salário mínimo para R\$ 375, apesar da objeção do ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Raupp reservara dinheiro para os R\$ 375 e não foi difícil encontrar mais R\$ 900 milhões para os R\$ 5 adicionais do salário mínimo. O dinheiro saiu de um adendo à reestimativa de

arrecadação de imposto de renda de assalariados, especialmente dos servidores públicos federais, que vêm tendo aumentos de vencimentos negociados no ano passado.

O acordo contempla ainda uma antiga reivindicação dos sindicalistas – que o salário mínimo suba em todo 1º de janeiro. A partir de 2008, a cada ano o reajuste será antecipado em um mês, até que a meta seja atingida em 2010. O acordo

Deve sair de cena discussão anual em torno do reajuste do salário mínimo

tira de cena a discussão anual feita no Congresso em torno do salário mínimo, quando os parlamentares de oposição se aproveitam para criticar o governo pelo que sempre consideram “reajuste baixo”. Antes, a crítica era feita pelo PT. Agora, a tarefa está a cargo principalmente do PFL e do PDT.

O presidente Lula terá de editar instrumento legal confirmando o aumento de 8,57%, percentual acima da inflação, projetada em torno de 3,5% até março próximo.

As negociações com as centrais sindicais levaram ainda a um reajuste de 4,5% na tabela do Imposto de Renda Pessoa Física, a partir de janeiro próximo.

Valdir Raupp havia discutido o assunto com a equipe econômica e insistia em uma correção de 5% em 2007 e outra idêntica em 2008. O ministro Guido Mantega até então havia admitido 3%, índice que já constava do relatório preliminar do Orçamento. O reajuste adicional do IR reduziu em R\$ 210 milhões a previsão de receitas do governo para o ano que vem.

Também no Imposto de Renda, o acordo com os sindicalistas traz previsibilidade, pois os mesmos 4,5% serão aplicados à tabela a cada janeiro, até 2010. Para o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, a correção significa “uma certa recomposição” na tabela do IR. Para o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco), há necessidade de uma correção de 57,6% para que a tabela volte aos níveis de 1996.

Menos de três horas depois da reunião dos ministros do Trabalho e da Previdência com Valdir Raupp, na quarta-feira, o Plenário do Senado incluiu o reajuste de 4,5% na tabela do IR ao votar o projeto de conversão da Medida Provisória 328/06. A MP já havia recebido uma emenda na votação da Câmara prevendo a correção de 3%. Com a emenda dos 4,5%, a MP voltou ao exame dos deputados.

Saiba como o governo planeja gastar os recursos

A exemplo de um orçamento doméstico, a União também faz uma previsão das suas receitas e dos seus gastos. Claro que o tamanho é incomparavelmente maior. A cifra que foi aprovada pelo Congresso para o ano que vem é de R\$ 1,574 trilhão. Mas o que realmente é aplicado equivale a um valor muito inferior a esse.

Para dar uma indicação de como o Executivo e o Legislativo planejam as despesas de 2007, o **Jornal do Senado** elaborou um infográfico, publicado nas duas páginas seguintes, com o auxílio da Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle (Conorf) do Senado. (Não se pode esquecer que o Orçamento no Brasil é apenas autorizativo, o que significa que o governo pode decidir sobre uma parte do volume real dos seus gastos na hora de executá-los, recorrendo ao conhecido contingenciamento ou bloqueio de verbas.)

O leitor encontrará uma espécie de radiografia de onde serão alocadas algumas das principais verbas do Orçamento do próximo ano. O trabalho foi organizado com base nas informações do relatório final do senador Valdir Raupp. E obedeceu a alguns critérios. O principal deles foi isolar o efeito de alguns grandes blo-

cos de despesas, um deles com característica contábil, como o refinanciamento da dívida pública, que corresponderá em 2007 a 41,6% do total do Orçamento Geral da União (OGU). Ou seja, R\$ 654,9 bilhões.

Também foram subtraídos os gastos com juros, encargos e amortização da dívida pública, com pessoal ativo e inativo da União, as transferências obrigatórias a estados e municípios, o volume de recursos orçados nas reservas de contingência dos vários órgãos públicos para cobrir despesas imprevistas, e o orçamento de investimento das estatais.

O resultado dessa conta, expressa no infográfico, chegou a R\$ 365,7 bilhões. Esse valor representa os investimentos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, os gastos com custeio da máquina federal e as inversões financeiras, que expressam na linguagem orçamentária as despesas com aquisições de imóveis e participações acionárias. O objetivo desse trabalho foi indicar a aplicação final dos recursos obtidos dos contribuintes (impostos, contribuições e taxas), retirando do cálculo o que os órgãos gastam com sua folha de pessoal, aposentadorias e pensões.

Os caminhos do dinheiro público

Veja os destinos traçados pelos parlamentares para o saldo dos recursos previstos no Orçamento Geral da União de 2007, descontados itens como gastos com pessoal e com juros da dívida pública. Acompanhe a execução desses valores pelo Siga Brasil (<http://siga.senado.gov.br>).

	Em R\$ bilhões
Orçamento Geral da União	1.574,1
Refinanciamento da dívida pública	654,9
Juros e encargos da dívida	165,9
Amortização da dívida	77,1
Transferências obrigatórias a estados e municípios	114,0
Pessoal ativo e inativo da União	120,1
Reserva de contingência	26,8
Orçamento de investimento das estatais	49,7
Saldo	365,7

Detalhamento dos valores orçados para 2007 com base no relatório final do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) encaminhado à Comissão Mista de Orçamento, deduzidos os gastos com pessoal de cada órgão

Legislativo

Câmara dos Deputados - **R\$ 744,1 milhões**

Senado Federal - **R\$ 620,6 milhões**

Tribunal de Contas da União (TCU) - **R\$ 170,9 milhões**

Judiciário

R\$ 228,5 milhões

- Supremo Tribunal Federal (STF)

(dos quais R\$ 76,4 milhões para informatização e modernização do STF)

R\$ 128,1 milhões

- Superior Tribunal de Justiça (STJ)

R\$ 2,3 bilhões

Justiça Federal

R\$ 41,7 milhões

Justiça Militar da União

R\$ 895,8 milhões

Justiça Eleitoral

(dos quais R\$ 45 milhões para construção dos cartórios eleitorais e R\$ 60 milhões para novo prédio do TSE em Brasília)

R\$ 1,08 bilhão

Justiça do Trabalho

R\$ 188,3 milhões

Justiça do DF e territórios

R\$ 744,8 milhões

Ministério Público da União

(dos quais R\$ 41 milhões para modernização e R\$ 40,2 milhões para implantação de procuradorias junto a varas federais)

Presidência da República

R\$ 1,2 bilhão, sendo:

- **R\$ 124,5 milhões** para gastos com publicidade institucional;

- **R\$ 36,5 milhões** para captação e veiculação de matérias jornalísticas sobre Estado, governo e vida nacional;

- **R\$ 27,1 milhões** para publicidade de utilidade pública;

- **R\$ 60,2 milhões** para a Controladoria Geral da União (CGU);

- **R\$ 24,3 milhões** para a Procuradoria Geral Federal;

- **R\$ 94,5 milhões** para a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (dos quais R\$ 48 milhões para desenvolvimento sustentável da pesca);

- **R\$ 36,1 milhões** para a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (dos quais R\$ 16,5 milhões para prevenção e combate à violência contra a mulher);

- **R\$ 31,4 milhões** para a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (dos quais R\$ 14 milhões para o programa Brasil Quilombola);

- **R\$ 92,2 milhões** para a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (dos quais R\$ 15,5 milhões para assistência a vítimas e testemunhas ameaçadas e R\$ 5,8 milhões no combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes);

- **R\$ 102,3 milhões** para a Advocacia Geral da União;

- **R\$ 74,2 milhões** para a Agência Brasileira de Inteligência (Abin)

Fonte: Consultoria de Orçamento do Senado

Ministério da Justiça **R\$ 1,9 bilhão**

- R\$ 569,3 milhões - repasses para estados e municípios investirem em órgãos de segurança pública (PM, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e guardas municipais)

- R\$ 315,1 milhões - modernização da Polícia Federal (recursos do Funapol)

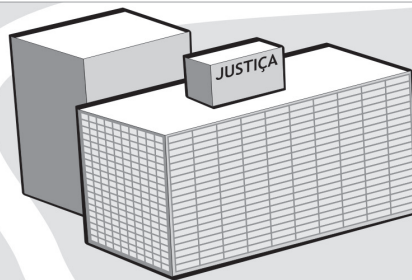
- R\$ 210,9 milhões - apoio à área penitenciária dos estados e construção e manutenção de penitenciárias federais

- R\$ 156,7 milhões - segurança pública nas rodovias federais (como controle de velocidade nas rodovias com R\$ 70,2 milhões e policiamento ostensivo com R\$ 43,7 milhões)

- R\$ 92,1 milhões - despesas operacionais da PF no combate à criminalidade

- R\$ 60,2 milhões - proteção de terras indígenas, gestão territorial e etnodesenvolvimento

(inclui R\$ 20,1 milhões para demarcação e regularização de terras indígenas).



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão **R\$ 1,1 bilhão, sendo:**

- R\$ 341 milhões - Recenseamentos gerais, por meio de órgãos vinculados como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

- R\$ 159,3 milhões - Gestão de recursos humanos e democratização das relações de trabalho no setor público

Operações oficiais de crédito (subsídios) **R\$ 20,9 bilhões, sendo:**

- R\$ 763,1 milhões - Assentamentos sustentáveis para trabalhadores rurais

- R\$ 241 milhões - Desenvolvimento sustentável na reforma agrária

- R\$ 2,1 bilhões - Desenvolvimento da economia cafeeira

- R\$ 2 bilhões - Fortalecimento da agricultura familiar (Pronaf)

- R\$ 3,7 bilhões - Abastecimento agroalimentar (crédito rural)

- R\$ 2,3 bilhões - Desenvolvimento do comércio exterior e da cultura exportadora

- R\$ 1,1 bilhão - Fomento do desenvolvimento da Marinha Mercante e da indústria naval

Ministério da Fazenda **R\$ 3 bilhões, sendo:**

- R\$ 1,4 bilhão - Administração tributária e aduaneira

- R\$ 191,2 milhões - Desenvolvimento do sistema financeiro nacional

- R\$ 352,7 milhões - Gestão da política de administração financeira e contábil da União

- R\$ 39,6 milhões - Desenvolvimento do mercado de valores mobiliários

- R\$ 191,2 milhões - Desenvolvimento dos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização

Ministério das Cidades **R\$ 3,8 bilhões, sendo:**

- R\$ 249,7 milhões - Serviços urbanos de água e esgoto

- R\$ 479,1 milhões - Urbanização e regularização de assentamentos

- R\$ 134,4 milhões - Drenagem urbana sustentável

- R\$ 977,2 milhões - Desenvolvimento urbano de municípios de pequeno porte

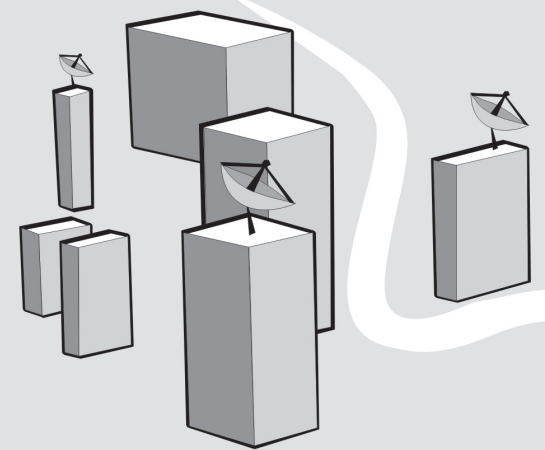
- R\$ 523,2 milhões - Desenvolvimento urbano de municípios de médio e grande porte

- R\$ 200,6 milhões - Fomento à habitação de interesse social

Ministério do Turismo **R\$ 1,7 bilhão, sendo:**

- R\$ 1,6 bilhão - Programa Turismo no Brasil: Uma Viagem para Todos, de fomento da atividade turística

- R\$ 2,4 milhões - Combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes



Ministério da Integração Nacional **R\$ 7,3 bilhões**

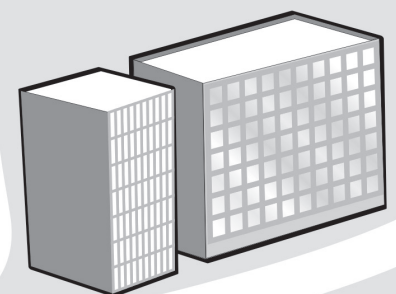
- R\$ 617,7 milhões - construção e recuperação de barragens, açudes e adutoras

- R\$ 352,2 milhões - execução de projetos de perímetros de irrigação

- R\$ 265,3 milhões - investimentos produtivos em pequenas comunidades

- R\$ 140 milhões - defesa civil

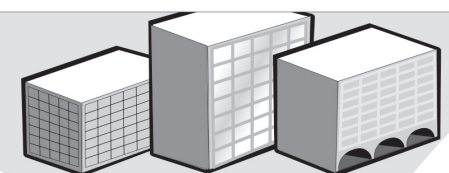
- R\$ 100,9 milhões - revitalização do rio São Francisco.



Ministério das Relações Exteriores **R\$ 991,2 milhões**

- R\$ 322,5 milhões - manutenção das embaixadas

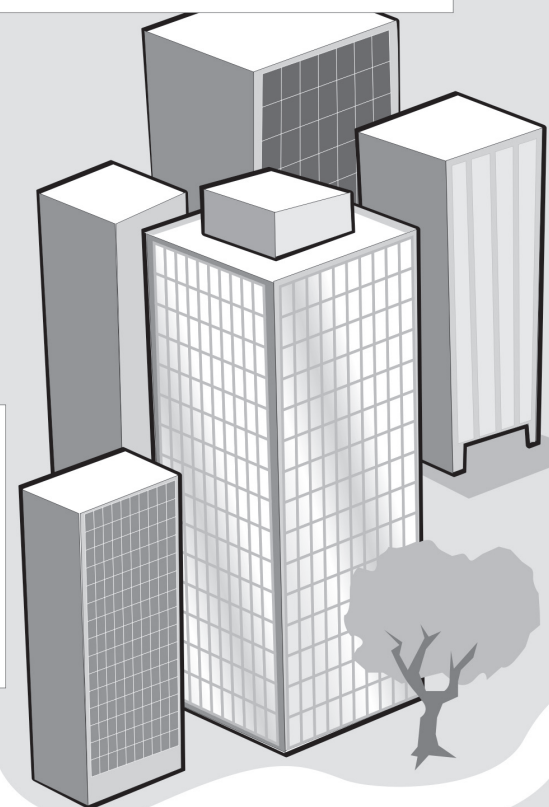
- R\$ 223,2 milhões - participação em organismos internacionais.



Encargos financeiros da União **R\$ 912 milhões, sendo:**

- R\$ 145,8 milhões - Remuneração dos agentes pagadores (bancos) de benefícios da Previdência

- R\$ 105,2 milhões - Remuneração dos agentes arrecadadores da Previdência



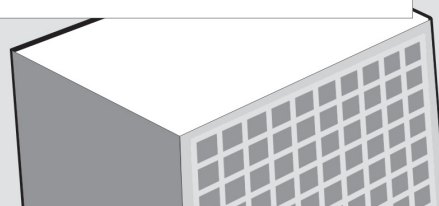
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior **R\$ 583,4 milhões, sendo:**

- R\$ 253,2 milhões - Atividades de metrologia e qualidade industrial (Inmetro Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial)

- R\$ 38,5 milhões - Desenvolvimento do Pólo Industrial de Manaus

- R\$ 77,4 milhões - Propriedade intelectual (Inpi- Instituto Nacional da Propriedade Intelectual)

- R\$ 43,4 milhões - Desenvolvimento de micro e pequenas empresas



Ministério das Comunicações R\$ 521 milhões, sendo:

- R\$ 51,1 milhões - Programa Inclusão digital
- R\$ 53,2 milhões - Governo eletrônico
- R\$ 105 milhões - Programa de inovação tecnológica em telecomunicações
- R\$ 111,6 milhões - Oferta dos serviços de telecomunicações

Ministério da Ciência e Tecnologia R\$ 3,6 bilhões, sendo:

- R\$ 634 milhões - Formação e capacitação de recursos humanos para pesquisa
- R\$ 707,1 milhões - Promoção da pesquisa e do desenvolvimento científico e tecnológico
- R\$ 232,7 milhões - Programa Nacional de Atividades Espaciais (Pnae)
- R\$ 525,5 milhões - Programa Nacional de Atividades Nucleares (Pnan)
- R\$ 32,7 milhões - Inclusão digital
- R\$ 1 bilhão - Ciência, tecnologia e inovação para a política industrial, tecnológica e de comércio exterior

Ministério de Minas e Energia R\$ 735,2 milhões, sendo:

- R\$ 114,1 milhões - Abastecimento de petróleo, derivados, gás natural e biocombustíveis
- R\$ 106,8 milhões - Programa de qualidade do serviço de energia elétrica
- R\$ 25,3 milhões - Programa Luz para Todos
- R\$ 53,9 milhões - Programa de qualidade do petróleo, derivados e biocombustíveis

Ministério da Educação R\$ 11,7 bilhões, sendo:

- R\$ 1,5 bilhão - Desenvolvimento do ensino fundamental
- R\$ 140,7 milhões - Desenvolvimento do ensino médio
- R\$ 803,3 milhões - Desenvolvimento do ensino da pós-graduação e da pesquisa científica
- R\$ 172,3 milhões - Desenvolvimento da educação infantil
- R\$ 602,5 milhões - Desenvolvimento da educação profissional e tecnológica
- R\$ 3 bilhões - Programa Universidade do Século XXI, de reestruturação do ensino superior
- R\$ 2,2 bilhões - Valorização e formação de professores e trabalhadores da educação básica
- R\$ 2,1 bilhões - Programa Brasil Escolarizado, que visa garantir o acesso de crianças, adolescentes, jovens e adultos à educação básica
- R\$ 362,6 milhões - Programa Brasil Alfabetizado e educação de jovens e adultos

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome R\$ 24,2 bilhões

- R\$ 8,6 bilhões - Bolsa Família
- R\$ 5,9 bilhões - portadores de deficiência (Loas)
- R\$ 5,6 bilhões - idosos carentes (Loas)
- R\$ 1,3 bilhão - renda mensal vitalícia por invalidez
- R\$ 563,9 milhões - renda mensal vitalícia por idade
- R\$ 316,3 milhões - jornada escolar ampliada para crianças sob risco de trabalho infantil
- R\$ 265,7 milhões - aquisição de alimentos de agricultores familiares.

Ministério do Trabalho R\$ 26,6 bilhões

- R\$ 11,3 bilhões - seguro-desemprego
- R\$ 8,5 bilhões - repasses do FAT para o BNDES
- R\$ 3,8 bilhões - abono salarial aos trabalhadores de baixa renda
- R\$ 1,6 bilhão - compensações por perdas no FGTS (Lei complementar 110/01)
- R\$ 410 milhões - pagamento do seguro-desemprego ao pescador artesanal.

Ministério do Desenvolvimento Agrário R\$ 2,5 bilhões

- R\$ 1,1 bilhão - investimentos em infra-estrutura e serviços em assentamentos novos
- R\$ 264,2 milhões - apoio a assentamentos com mais de três anos
- R\$ 233 milhões - investimentos em infra-estrutura e serviços para agricultores familiares
- R\$ 185,8 milhões - assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares
- R\$ 141,9 milhões - pagamento de terras desapropriadas em cumprimento a sentenças judiciais.

**Ministério do Meio Ambiente R\$ 752,5 milhões**

- R\$ 86,2 milhões - conservação de bacias hidrográficas
- R\$ 61,1 milhões - conservação e proteção da flora e da fauna ameaçada de extinção
- R\$ 54 milhões - criação e manutenção dos parques nacionais e demais unidades de conservação
- R\$ 52,7 milhões - conservação e recomposição das florestas brasileiras
- R\$ 45,9 milhões - prevenção e combate ao desmatamento, queimadas e incêndios florestais pelo Ibama.

Ministério da Defesa R\$ 7 bilhões

- R\$ 609,5 milhões - compra de aeronaves e modernização da Força Aérea Brasileira
- R\$ 549,8 milhões - programa de segurança de voo e controle do espaço aéreo brasileiro
- R\$ 614,2 milhões - alimentação, fardamento, manutenção de pessoal e equipamento do Exército
- R\$ 568,1 milhões - preparo e emprego da Força Aérea (R\$ 220 milhões de combustível e lubrificantes, R\$ 190,7 milhões para manutenção de aeronaves, R\$ 75 milhões para alimentação)
- R\$ 658,3 milhões - preparo e emprego do Poder Naval (inclui R\$ 184,3 milhões para manutenção da frota naval, R\$ 282,2 milhões para treinamento das forças navais, R\$ 95,2 milhões para alimentação, R\$ 61,4 milhões para combustíveis e lubrificantes)
- R\$ 279,3 milhões - reaparelhamento da Marinha
- R\$ 100,2 milhões - reaparelhamento do Exército.

Ministério do Esporte R\$ 902,8 milhões, sendo:

- R\$ 428,2 milhões - Programa Esporte e Lazer na Cidade
- R\$ 207,5 milhões - Programa Rumo ao Pan-Americano 2007
- R\$ 129,6 milhões - Programa Segundo Tempo, destinado a permitir o acesso à prática esportiva aos alunos do ensino público fundamental e médio
- R\$ 20,6 milhões - Programa de inserção social pela produção de material esportivo

Ministério da Saúde R\$ 40,6 bilhões

- R\$ 19,7 bilhões - repasses para hospitais conveniados com o SUS
- R\$ 7,8 bilhões - atendimento a postos de saúde
- R\$ 1,6 bilhão - saneamento (água, esgoto e melhorias sanitárias)
- R\$ 1,5 bilhão - assistência financeira para aquisição e distribuição de medicamentos (inclui programa de farmácias populares)
- R\$ 1,3 bilhão - combate à Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis
- R\$ 1,2 bilhão - repasses para estados e municípios para vigilância em saúde.

Ministério da Cultura R\$ 639,4 milhões, sendo:

- R\$ 125,1 milhões - Programa Engenho das Artes, para ampliação do acesso da população à arte e à cultura
- R\$ 76 milhões - Programa Monumenta, de restauração do patrimônio histórico

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento R\$ 3,8 bilhões

- R\$ 2,5 bilhões - aquisição e comercialização de produtos agrícolas
- R\$ 355,2 milhões - investimentos em infra-estrutura nas comunidades rurais (silos, armazéns, hortas comunitárias, matadouros, etc.)
- R\$ 181,7 milhões - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)
- R\$ 133,3 milhões - seguro-rural
- R\$ 64,3 milhões - fiscalização e controle de doenças da bovinocultura (como aftosa).

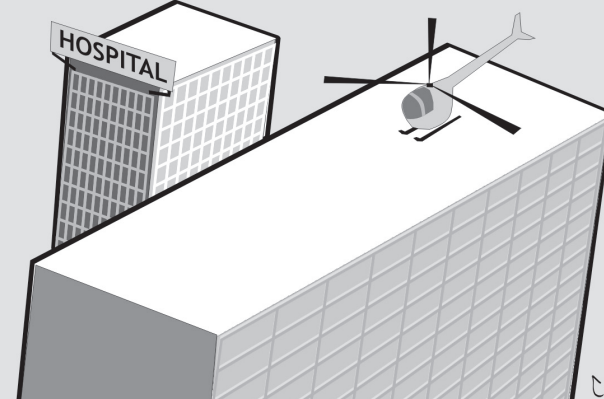
Ministério dos Transportes R\$ 8,3 bilhões, sendo:

- R\$ 2 bilhões - Manutenção da malha rodoviária federal
- R\$ 1,1 bilhão - Corredor viário do Nordeste
- R\$ 48 milhões - Manutenção de hidrovias
- R\$ 20,7 milhões - Serviços de transporte aquaviário
- R\$ 128,9 milhões - Fomento do desenvolvimento da Marinha Mercante e da indústria naval
- R\$ 185,5 milhões - Infra-estrutura de transportes
- R\$ 92,7 milhões - Segurança pública nas rodovias federais.

Ministério da Previdência Social R\$ 182,8 bilhões

- R\$ 119,5 bilhões - aposentadorias e pensões urbanas
- R\$ 32,8 bilhões - aposentadorias e pensões rurais
- R\$ 16,7 bilhões - auxílio-doença, acidentes de trabalho e auxílio-reclusão urbanos
- R\$ 6,4 bilhões - aposentadorias especiais, como benefícios a anistiados políticos e ex-combatentes
- R\$ 5 bilhões - pagamento de sentenças judiciais (precatórios e ações de pequeno valor)
- R\$ 156,9 milhões - fiscalização da receita previdenciária, como combate às fraudes.

HOSPITAL



Em busca da receita para crescer

Juros em queda, desoneração tributária, controle da inflação e redução dos gastos correntes. Esses são os objetivos do governo federal para alavancar o crescimento econômico no segundo governo Luiz Inácio Lula da Silva, de acordo com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, que participou de debate no Plenário do Senado organizado pela Comissão de Assuntos Econômicos, a requerimento do senador Jefferson Péres (PDT-AM).

As medidas a serem tomadas para atingir tais objetivos serão detalhadas no pacote cujo anúncio foi adiado da semana passada para o mês que vem. Nesta página, o **Jornal do Senado** procura antecipar,

em linhas gerais, algumas delas.

Guido Mantega destacou ainda medidas de caráter institucional que podem favorecer o almejado crescimento do PIB de 5% ao ano, como a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (Supersimples), sancionada por Lula há duas semanas, e a quebra do monopólio do mercado de resseguros, aprovada semana passada pelo Congresso (*leia mais na página 3*).

Sobre a questão cambial,



Durante debate presidido por Renan (D), Mantega citou o Supersimples e o fim do monopólio dos resseguros como medidas pró-crescimento

o ministro afirmou que a valorização do real deverá ser atenuada com a queda das taxas de juros e o crescimento mais acelerado. Ele acrescen-

tou que será aberta ampla discussão sobre a reforma da Previdência com trabalhadores, empresários e Congresso, e defendeu como prioritária a

reforma tributária.

Para Jefferson Péres, "o Estado não deve ser locomotiva de desenvolvimento, mas sim um navio quebra-gelos, um removedor de obstáculos". Mantega concordou ao dizer que o governo deve criar condições para o país crescer.

Já o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) questionou se o governo conseguirá manter metas de superávit primário sem comprometer metas de crescimento e o desenvolvimento mais acelerado. O ministro disse que o governo não vai buscar o crescimento fácil, o que pressionaria a inflação. Para ele, o crescimento deve obedecer à responsabilidade fiscal. "E isso o Brasil está fazendo", assinalou.

► Contenção de gastos

Apontado por economistas como grande vilão da economia, o aumento dos gastos fixos do governo com funcionalismo, Previdência e custeio deve ser limitado. Como não é possível reduzir salários dos servidores públicos, fala-se em estabelecer limites para que o crescimento da folha salarial não supere o do PIB. Outra idéia seria a redução dos cargos em comissão, a expansão do leilão eletrônico e o corte de viagens e de pu-

blicidade oficial, o que representaria economia de R\$ 18 bilhões.

O governo avalia que a redução da taxa de juros abrandaria o custo da rolagem da dívida pública e permitiria o investimento em infra-estrutura. Assim, haveria redução de despesas correntes mesmo com a ampliação do Bolsa Família. Outro ponto sensível é o reajuste do salário mínimo. O valor definido para abril, R\$ 380, terá enorme impacto sobre a Previdência.

► Medidas tributárias

A desoneração do setor produtivo é uma das medidas genericamente sugeridas para alavancar o crescimento. A instituição do Supersimples, recentemente aprovado no Congresso e sancionado por Lula, é uma das medidas que teria efeito positivo sobre o crescimento econômico. Entre as propostas sugeridas estão:

► Isenção do Imposto de Renda de aplicações financeiras de fundos que financiam a infra-estrutura.

► Ampliação da lista de empresas exportadoras com isenção de PIS e Cofins na compra de máquinas novas.

► Prorrogação da CPMF, cujo fim está previsto para dezembro de 2007, com redução progressiva da alíquota (o Senado aprovou neste mês proposta do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) com esse objetivo).

► Ampliação da redução de tributos sobre a cadeia produtiva da construção civil.

► Infra-estrutura

A possibilidade de aumento de investimentos em infra-estrutura foi dada concretamente pelo Projeto Piloto de Investimentos (PPI), fórmula criada com o apoio do FMI em 2005 para excluir esses recursos do cálculo do superávit primário, fixado em 4,25% do PIB para 2007.

O governo quer investir até 0,5% do PIB nos PPIs, ou R\$ 11 bilhões por ano, o que pode ser ampliado com financiamentos externos. Em 2006, o

percentual aplicado, apesar de fixado em 0,15% do PIB, não deverá chegar a 0,1%. Uma das razões é que grande parte das obras prioritárias tem pendências junto ao TCU, ao Judiciário e às autoridades ambientais. Na área de saneamento, a idéia seria impulsionar empréstimos à iniciativa privada e reduzir as restrições ao crédito de empresas de saneamento que tenham autonomia financeira e administrativa com relação ao governo.

► Previdência

O presidente Lula já afirmou em diversas ocasiões que não considera necessária uma nova reforma da Previdência, apontada como um dos maiores ralos do dinheiro público, com um déficit projetado de R\$ 42 bilhões em 2006. Assim, a adoção do critério de idade mínima para aposentadoria estaria descartada, bem como a desvinculação do salário mínimo do cálculo da aposentadoria e a proposta de desvincular apenas os benefícios

de quem ganhou o direito da aposentadoria rural, tida como assistência e não previdência.

Os técnicos do governo apostam em medidas de gestão e na aprovação de projetos de lei que restrinjam a concessão de pagamentos de pensões por morte ou de auxílio-doença, que somam grande parte dos benefícios pagos. Também tem dificuldade de prosperar a organização de fundos de pensão fechados para servidores.

► Reforma trabalhista

O peso tributário sobre a folha salarial e os benefícios trabalhistas que tornam a mão-de-obra mais cara no país são o foco da reforma trabalhista. Com receio de perder direitos, as centrais sindicais já pressionaram o governo para não promover essas mudanças, consideradas importantes pelas entidades patronais para aumentar a competitividade e fomentar o desenvolvimento. Entre os argumentos favoráveis está o de

que uma pequena flexibilização das regras poderia levar ao aumento da formalização do trabalho, à criação de novas vagas e à melhoria dos rendimentos, com reflexos positivos para a arrecadação, inclusive para a Previdência. Os custos não-salariais da folha incluem o adicional de um terço de férias, o 13º salário, contribuições ao FGTS, ao INSS, ao sistema S (Sesi, Senai, Senac etc.), ao salário-educação e ao seguro de acidentes.

► Legislação ambiental

A morosidade na concessão dos licenciamentos ambientais para projetos de infra-estrutura (produção de energia, portos, estradas e hidrovias, por exemplo), apontada como um dos entraves ao desenvolvimento, poderia ser amenizada com a adoção de processos especiais de licenciamento a partir da definição de "empreendimento de utilidade pública e de relevância estratégica". As discussões já levaram a atritos entre a ministra

do Meio Ambiente, Marina Silva, e a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. O temor de ambientalistas é que mudanças para acelerar o desenvolvimento possam acelerar também a destruição do meio ambiente.

De acordo com a Constituição, União, estados e municípios são responsáveis pela preservação, mas, como o artigo ainda não foi regulamentado, cada estado tem uma legislação e procedimentos próprios.

Para Meirelles, BC ajuda contendo inflação

A contribuição do Banco Central para acelerar o crescimento econômico é manter a estabilidade dos preços, assegurar o bom funcionamento do mercado de câmbio e garantir o equilíbrio do balanço de pagamentos, segundo afirmou o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, após audiência pública na Comissão Mista de Orçamento. Ele disse ser preciso manter a inflação dentro das metas definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

O debate foi marcado por



Meirelles defende medidas para estimular concorrência bancária

críticas à alta taxa de juros, apontada como obstáculo ao crescimento e responsável pelo aumento da dívida

pública.

Em resposta ao senador Valdir Raupp (PMDB-RO), que cobrou uma queda mais "ousada" dos juros, Meirelles declarou haver tendência de queda em decorrência da redução dos preços. Ele reconheceu que os juros praticados pelos bancos não estão caindo na mesma proporção da taxa Selic. Para aumentar a concorrência bancária, Meirelles mencionou medidas como a conta-salário, que permitirá ao trabalhador transferir, sem custo, seu salário do banco em que recebe para outro de sua preferência.

Senadores defendem regulamentação da Lei Kandir

Audiência pública realizada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) discutiu a regulamentação da Lei Kandir, que isenta do pagamento do ICMS e do IPI os produtos primários e semi-elaborados destinados à exportação, e prevê que a União compense as perdas dos estados.

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) aconselhou o governo a criar "uma agenda positiva destinada a destravar o país", e citou a reforma tributária - já aprovada pelo Senado - , que dá fim à guerra fiscal e unifica o ICMS.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) defendeu a definição em lei de uma compensação aos estados que abriram mão de cobrar o ICMS sobre produtos exportados para combater o déficit cambial. Valter Pereira (PMDB-MS) também pediu a imediata regulamentação da Lei Kandir. O Senado poderá criar uma comissão para discutir o assunto, proposta por Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Participaram do debate, entre outros, o governador eleito de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, e a secretária da Fazenda do Pará, Rute Tostes.

CONGRESSO

Discussão sobre reajuste fica para 2007

O Plenário da Câmara retirou de pauta, na última quarta-feira, dois projetos que tratavam de parte da remuneração dos parlamentares e da verba indenizatória. Vários líderes manifestaram-se contra o exame desses projetos e a discussão do assunto ficou para a próxima legislatura. O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que caberá à Câmara dos Deputados a iniciativa de votar o decreto legislativo sobre o reajuste dos subsídios dos parlamentares. Ao Senado, caberá o papel revisor da proposta.

As matérias retiradas de pauta são o Projeto de Resolução 329/06, da Mesa da Câmara, que extingue a verba indenizatória devida aos parlamentares; e o Projeto de Decreto Legislativo 2.536/06, também da Mesa, que veda o pagamento de ajuda de custo (14º e 15º) aos

membros do Congresso pagos no início e no fim de cada ano (sessão legislativa). Não houve deliberação na Câmara sobre o Projeto de Decreto Legislativo 2.530/06, do deputado Walter Pinheiro (PT-BA), que limita o reajuste salarial de deputados à correção monetária desde 2003.

Na semana anterior, foi anunciada a decisão pelo aumento de 90,7%, por meio de ato exclusivo das mesas das duas casas legislativas, com apoio da maioria dos líderes partidários.

No entanto, na última terça-feira, o Supremo Tribunal Federal (STF) tomou duas decisões, em caráter preliminar, que condicionaram qualquer reajuste para parlamentares à aprovação, pelos plenários do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, de decreto legislativo com essa finalidade específica.

ACM propõe transferir teto salarial para o Legislativo

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) apresentou, na última quarta-feira, proposta de emenda à Constituição que transfere do Judiciário para o Legislativo o teto remuneratório dos três poderes. A medida (PEC 52/06) vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Hoje, pelo art. 37 da Constituição, a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos não podem exceder o subsídio mensal, em espécie, dos ministros do Supremo

Tribunal Federal. Se for aprovada a mudança, não poderão exceder ao que recebem os deputados e senadores. Ele disse que “se trata de medida moralizadora, já que não estaria em jogo o aumento dos subsídios, mas a igualdade entre os três poderes”.

– A transferência vem ao encontro de um maior controle do tema pela sociedade brasileira, uma vez que Câmara e Senado são, por sua própria natureza, as caixas de ressonância mais próximas e sensíveis à vontade popular – justificou.

EDUCAÇÃO

PEC que cria o Fundeb é promulgada pelo Congresso Nacional

Em sessão solene do Congresso Nacional na tarde da última terça-feira, o presidente do Senado, Renan Calheiros, declarou promulgada a Emenda Constitucional 53/06, que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb).

Com a presença do ministro da Educação, Fernando Haddad, a emenda foi promulgada pelas mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Considerada pelos parlamentares e por diversos setores da sociedade como uma das matérias mais importantes aprovadas pelo Congresso no ano de 2006, o novo fundo deve ampliar de 31 milhões para 48 milhões o número de pessoas atendidas pela educação básica no país.

O Fundeb irá substituir o atual Fundef, em vigor desde 1998. A principal diferença entre eles é que, enquanto o Fundef se destina apenas ao ensino funda-

mental, o Fundeb estenderá seus recursos a todo o ensino básico, que inclui a educação infantil e o ensino médio. No Orçamento de 2007, ficaram reservados para o fundo R\$ 2 bilhões.

Conforme a emenda promulgada, será criado no âmbito de cada estado e do Distrito Federal, com vigência para os próximos 14 anos, fundo contábil composto por 20% das receitas do Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), do Imposto sobre Circulação de

Novo fundo deverá ter 48 milhões de atendidos pela educação básica

Mercadorias e Serviços (ICMS), do Imposto sobre Propriedade e Veículos Automotores (IPVA), dos fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM), do Imposto sobre Produtos Industrializados destinados à exportação (IPI-Exp), da transferência da União aos estados e municípios resultante da compensação pela desoneração de ICMS (Lei Kandir) e do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).



Antonio Carlos (E) apresenta PEC para atrelar teto salarial à remuneração dos parlamentares

Manifestações contestam aumento para parlamentares

Antes da suspensão do reajuste de cerca de 91% do subsídio dos parlamentares na terça-feira pelo STF, e durante a discussão de projetos de decreto legislativo sobre o tema na Câmara, o Congresso foi palco de diversas manifestações. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) e estudantes promoveram na terça-feira um ato de repúdio ao reajuste em frente ao Congresso. Na segunda-feira, o aposentado William Carvalho acorrentou-se diante do gabinete da Presidência do Senado e chegou a ser detido pela Polícia Legislativa, mas foi logo liberado, a pedido de senadores, porque sua manifestação foi pacífica. O presidente do Senado, Renan Calheiros, manifestou sua “total solidariedade” ao presidente da Câmara, Aldo Rebelo, que sofreu uma tentativa de agressão naquela Casa por ex-vereadores que protestavam, na quarta-feira, contra a retirada da pauta de votação de proposta que define a quantidade de vereadores nos municípios. Renan disse que o Poder Legislativo é uma Casa aberta, transparente e democrática, mas ressaltou que manifestações têm de ser feitas com respeito às leis.

Vários senadores declaram apoio a decisão do Supremo

Vários senadores manifestaram-se em Plenário contra a possibilidade de um reajuste de quase 91% para os parlamentares. Heloísa Helena (PSOL-AL) parabenizou a imprensa e o povo brasileiros pela pressão exercida. “Se o parlamentar precisar ganhar um gigantesco salário para não roubar, vamos acabar estimulando que a população pobre se dê ao direito de, impunemente, patrocinar qualquer barbaridade para garantir a dignidade de suas famílias”, considerou a senadora. Falando em nome do PDT, Osmar Dias (PR) propôs que o reajuste seja concedido somente pelo valor da inflação de 2002 a 2006, e disse aprovar a decisão do STF que julgou que somente os plenários das duas Casas podem decidir pelo aumento. Cristovam Buarque (PDT-DF) ratificou a posição, e Eduardo Suplicy (PT-SP) também manifestou-se a favor do reajuste pela inflação. Alvaro Dias (PSDB-PR) considerou que o Congresso – antes de discutir um reajuste para os parlamentares – deve realizar ampla reforma no Poder Legislativo, e Mão Santa (PMDB-PI) disse que os parlamentares deveriam “meditar de forma grave sobre a questão”.

Senado comemora os dez anos da LDB

O Senado comemorou, na última terça-feira, os dez anos de vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei 9.394/96. A homenagem, de iniciativa do senador José Jorge (PFL-PE), marcou a primeira década do dispositivo legal que define e regulamenta o sistema de educação básica brasileiro.

A atual LDB foi sancionada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso em 20 de dezembro de 1996. Baseada no princípio do direito universal à educação, a lei trouxe diversas mudanças em relação às leis anteriores (a última versão era de 1971), como a inclusão da educação infantil (creches e pré-escolas) como primeira etapa da educação básica.

O senador José Jorge (PFL-PE) – relator da lei na Câmara dos



José Jorge, que foi relator da lei na Câmara, lembra dificuldades de tramitação

Deputados – descreveu a difícil tramitação do projeto naquela Casa, onde foi apresentado pelo então deputado Octávio Elísio. José Jorge relatou que a proposta tramitou na Câmara por oito anos, até ser aprovado substitutivo da deputada Ângela Amin, primeira relatora da matéria

entre os deputados; depois veio ao Senado, onde foi relatado, conforme salientou, pelo então senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ), que lhe deu nova forma. Por fim, voltou à Câmara, relatado por José Jorge, a quem coube a tarefa de sistematizar os dois projetos.

– Havia reivindicações corporativas e precisávamos buscar consenso – explicou.

O senador Mão Santa (PMDB-PI) destacou a importância da lei, mas afirmou que o país ainda está muito atrasado nessa área.

– Temos alguma coisa a comemorar, mas temos muito mais a conquistar – declarou ele.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) assinalou avanços no sistema educacional com a vigência da lei, mas cobrou a ampliação dos investimentos federais no setor, correspondentes, hoje, a 4,5% do Orçamento da União.

Lei demorou oito anos para ser aprovada

Oito anos foram necessários para a discussão e aprovação da LDB pelo Congresso. A edição anterior, de 1971, foi considerada obsoleta com a promulgação da Constituição de 1988.

Quase cem artigos estruturam a educação no país, com definições que seguem as diretrizes

da Carta Magna. A LDB traz no seu corpo questões como princípios, organização, níveis e modalidades – com capítulos específicos para a educação básica, profissional, superior e especial –, profissionais da área, recursos financeiros, entre outras determinações essenciais.

Poucas foram as alterações sofridas pela LDB nesses últimos dez anos. Uma das mais recentes foi a modificação do artigo 32, com a aprovação da Lei 11.274/06, que tornou obrigatório o ensino fundamental com duração de nove anos, iniciando-se aos seis anos de idade.

PLENÁRIO Senadores que assumirão governos estaduais ou cujo mandato termina em 2007 se despedem da Casa

José Jorge agradece a seus eleitores

Ao se despedir do Senado, José Jorge (PFL-PE), cujo mandato termina em 31 de janeiro, salientou sua atuação parlamentar em defesa de Pernambuco e do Nordeste e ponderou que, de todas as áreas em que atuou na Casa, a que mais lhe deu prazer foi a educação. Ele agradeceu ao povo pernambucano, fez uma retrospectiva dos momentos marcantes no Parlamento e recordou sua atuação na presidência da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), em defesa das agências reguladoras. O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse ter ficado emocionado com a despedida de um senador como ele, dotado de “espírito público”, que recebia uma matéria intrincada e a transformava em solução. Para Marco Maciel (PFL-PE), José Jorge é um “substantivo coletivo”, que exprime diversos seres, “todos eles competentes”. Já Rodolpho Tourinho (PFL-BA) destacou que o colega foi um “grande ministro” de Minas e Energia. Também apartaram José Jorge, entre outros, os senadores Osmar Dias (PDT-PR), Cristovam Buarque (PDT-DF), Ideli Salvatti (PT-SC), Aloizio Mercadante (PT-SP) e Efraim Morais (PFL-PB).

Eduardo comemora aprovação de mudança no Fies

“Mais do que qualquer pronunciamento de despedida com os apartes emotivos dos meus pares, que me dariam uma honra profunda, a aprovação desse projeto é a maior homenagem que vossas excelências me prestam nesse instante.” O agradecimento foi feito por Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), que deixa o Senado após oito anos de mandato, se referindo à aprovação do projeto de sua autoria (PLS 05/04) que faculta aos beneficiários do Fundo de Financiamento aos Estudantes do Ensino Superior (Fies) amortizar sua dívida com trabalho social. A matéria será encaminhada à Câmara. Relatado por Lúcia Vânia (PSDB-GO) e aprovado por aclamação, o texto prevê que o estudante poderá pagar por meio de prestação de trabalho social até metade do valor tomado emprestado ao Fies. – Trabalhei vários assuntos durante meu mandato, mas o Fies foi o mais importante deles.

Sérgio Cabral se despede do Senado

Eleito governador do estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho (PMDB-RJ) renunciou ao seu mandato de senador. Ele assumirá o Palácio da Guanabara em 1º de janeiro. Em apartes, 35 senadores despediram-se do colega, elogiaram a vitória eleitoral e destacaram as contribuições de Sérgio Cabral ao Senado. Logo depois, o primeiro suplente, Regis Fichtner (PMDB), assumiu o mandato.

– Foi uma honra muito grande pertencer ao Senado. Foi um grande aprendizado. Fui recebido com enorme generosidade por políticos maduros, experientes e vitoriosos. Considero a minha passagem pelo Senado como um verdadeiro doutorado – afirmou Sérgio Cabral.

O governador eleito lembrou de sua trajetória política e agradeceu o apoio da bancada do PMDB e do presidente do Senado, Renan Calheiros.



Sérgio Cabral foi apartado por 35 senadores, que elogiaram sua atuação

Após o discurso, Renan destacou “o bom senso e a ponderação” do colega e agradeceu em nome de todos os senadores a convivência com Cabral. Para Marcelo Crivella (PRB-RJ), o

colega “vai deixar saudades”. Roberto Saturnino (PT-RJ) assinalou que o governador eleito do Rio de Janeiro “conquistou o respeito de toda a Casa” e desejou “um brilhante governo”.

Também saudaram Sérgio Cabral os senadores José Sarney (PMDB-MA), Gerson Camata (PMDB-ES), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Aloizio Mercadante (PT-SP), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Patrícia Saboya (PSB-CE), Lúcia Vânia (PSDB-GO), João Batista Motta (PSDB-ES), Alberto Silva (PMDB-PI), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Marco Maciel (PFL-PE), Eduardo Suplicy (PT-SP), Efraim Morais (PFL-PB), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Mão Santa (PMDB-PI), César Borges (PFL-BA) e Magno Malta (PL-ES).

Ana Júlia elogia convívio democrático

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) também fez seu discurso de despedida do Legislativo federal para assumir, em 1º de janeiro, o cargo de governadora do Pará, para o qual foi eleita em outubro. Ela agradeceu a todos os integrantes do Senado, do presidente Renan Calheiros aos servidores de seu gabinete.

Primeira senadora eleita pelo estado do Pará, Ana Júlia volta a fazer história e torna-se a primeira governadora eleita daquele estado. Ela prometeu dedicar-se com muita responsabilidade à missão de melhorar a vida dos paraenses e lembrou que, como senadora, não mediu esforços para diminuir a desigualdade que sofre o estado e a região Norte em relação ao restante do país.

– Nem sempre fui vitoriosa, mas isso é parte da democracia – observou.

Ana Júlia disse ter aprendido em quatro anos de Senado a admirar os adversários e o convívio respeitoso da democracia. Além disso, constatou que o Congresso é um espelho que reflete a sociedade, com suas diferenças, e alertou para a reação da população na questão do aumento salarial dos parlamentares.

– Esta Casa é o exemplo concreto da importância do debate democrático. Esta Casa deve estar sempre atenta às críticas sobre o desempenho dos parlamentares – destacou.

A governadora eleita foi cumprimentada por Eduardo Suplicy (PT-SP), Alberto Silva (PMDB-



Após quatro anos no Senado, Ana Júlia assumirá o governo do Pará em 1º de janeiro

PI), Edison Lobão (PFL-MA), Mão Santa (PMDB-PI), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Alvaro Dias (PSDB-PR).

Mestrinho é homenageado em Plenário

O presidente da Casa, Renan Calheiros, e o líder do PFL, José Agripino, (RN), homenagearam o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), que encerra seu mandato. O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), em discurso na tribuna, também saudou o colega.

Renan recordou a trajetória de Mestrinho, que governou o estado do Amazonas por quatro vezes, e disse que o senador sempre foi um líder estratégico, dotado de grande poder argumentativo. José Agripino concordou com o presidente sobre a capacidade de articulação de Mestrinho, bem como salientou sua competência política.

Aelton lembra sua trajetória como senador

Aelton Freitas (PL-MG) fez na quinta-feira seu discurso de despedida do Senado. Ele lembrou que assumiu o mandato ao substituir o vice-presidente da República, José Alencar (PRB-MG), em dezembro de 2002, e que foi empossado pelo então presidente do Senado, Ramez Tebet (PMDB-MS), que faleceu em novembro. Aelton Freitas, que assume em fevereiro uma vaga na Câmara, elogiou e agradeceu a ambos. Prestaram homenagem a ele os senadores Augusto Botelho (PT-RR), Delcídio Amaral (PT-MS), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Magno Malta (PL-ES), Mão Santa (PMDB-PI), Marco Maciel (PFL-PE), Rodolpho Tourinho (PFL-BA), Romero Jucá (PMDB-RR), Romeu Tuma (PFL-SP) e Wellington Salgado (PMDB-MG).

João Batista Motta anuncia saída da vida pública

João Batista Motta (PSDB-ES) despediu-se do Senado e comunicou seu afastamento da vida pública. Em discurso no Plenário, Motta afirmou que o primeiro mandato do presidente Lula foi, para ele, uma decepção. Todos os senadores presentes, em apartes, despediram-se de “Mottinha”, como é chamado pelos parlamentares, e lamentaram a sua decisão de se afastar da política. Motta fez questão de que Heloísa Helena (PSOL-AL), a quem denominou de “rosa da casa”, fosse a última a fazer um aparte. O presidente do Senado, Renan Calheiros, pediu que o colega não se afastasse da vida pública e continuasse a “servir ao país”. Na opinião de Renan, o senador capixaba sempre defendeu os interesses do seu estado e do Brasil.

Trabalho de Tourinho é enaltecido

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), prestou homenagem ao senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e seu discurso suscitou uma série de apartes elogiosos ao parlamentar baiano. Tourinho agradeceu a oportunidade de encerrar seu mandato com a aprovação de seu mais acalentado projeto: a Lei do Gás. Os senadores destacaram a competência do senador pela Bahia à frente de diversas relatorias que assumiu. O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que Tourinho teve atuação destacada e ajudou a resolver impasses em questões que vinham se prolongando por muitos anos na Casa. Já Marco Maciel (PFL-PE) salientou a percepção acurada do colega sobre os problemas do Nordeste. Delcídio Amaral (PT-MS) afirmou que o tempo teria comprovado o acerto de suas políticas à frente do Ministério de Minas e Energia, no governo Fernando Henrique Cardoso. Rodolpho Tourinho também recebeu apartes elogiosos dos senadores José Agripino (PFL-RN), Mão Santa (PMDB-PI), Magno Malta (PL-ES), Romeu Tuma (PFL-SP) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Maguito Vilela defende o fim da reeleição para o Executivo

Maguito Vilela (PMDB-GO), cujo mandato termina em janeiro de 2007, despediu-se do Senado defendendo o fim do instituto da reeleição e a adoção do financiamento público de campanhas. – É preciso fazer a reforma política urgente – avaliou. Em aparte, Válder Pereira (PMDB-MS) elogiou o ex-governador de Goiás (1995-1998). Já Antero Paes de Barros (PSDB-MT) destacou a atuação do colega na defesa do desenvolvimento do Centro-Oeste. Para Lúcia Vânia (PSDB-GO), Goiás não pode prescindir de lideranças como Maguito. Na avaliação de José Sarney (PMDB-AP), a atuação do parlamentar goiano contribuiu para que Goiás obtivesse visibilidade em nível nacional. Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) ressaltou que Maguito Vilela será lembrado pelos demais parlamentares em razão de sua coerência, seu devotamento às causas sociais e por sua lisura.

Voz do Leitor

OBRAS INACABADAS

“O *Jornal do Senado* de 18 a 24 de dezembro de 2006 trouxe em sua página 4 uma informação incorreta no que diz respeito à Agência Espacial Brasileira (AEB), citada no *box* da matéria ‘TCU sugere paralisação de 50 obras’. Pugnando pela linha de seriedade e realidade das informações veiculadas nesse importante jornal, cumpre-nos o dever de esclarecer que o TCU, em caráter cautelar, suspendeu o andamento da Concorrência 003/2006 por entender, em exame preliminar, possível ocorrência de impropriedades no respectivo edital. Por óbvio, não se pode falar na existência de obras de complementação da infra-estrutura do Centro de Lançamento de Alcântara/Centro Espacial de Alcântara, muito menos taxá-las de ‘graves irregularidades’, quando nenhuma obra foi realizada no local e sequer o seu edital produziu efeitos perante terceiros interessados. Em suma, não há licitação em andamento nem qualquer obra já realizada. A AEB continua aguardando acórdão do TCU sobre a matéria.”

Coordenação de Comunicação Social da Agência Espacial Brasileira

HELOÍSA HELENA

“Acredito que o Senado Federal irá perder muito com o término do mandato da senadora Heloísa Helena. Não quero menosprezar os que terão continuidade em seus mandatos, os reeleitos e os novos, mas a senadora é acima de tudo uma pessoa que luta muito pelos interesses do povo brasileiro, denuncia quando necessário e vota com firmeza nos projetos benéficos para a população.”

Raul Ferreira Guimarães Neto, de Riachão do Jacuípe (BA)

IDOSOS

“O passe livre para idosos é

uma grande conquista garantida pelo Estatuto do Idoso. Solicito que o governo encontre uma solução para o impasse entre a ANTT e as empresas de transportes interestaduais. Elas poderiam solicitar dedução dos tributos federais ou ainda a inclusão regulamentar da dedução direta nos custos operacionais, garantindo o direito à gratuidade.”

Dercy de Sousa Alves, de Bom Sucesso (MG)

SUPERSIMPLES

“Gostaria de registrar aqui minha crítica a respeito do projeto do Supersimples, que prevê corte na arrecadação que mantém o sistema Sesc/Senac, que desenvolve atividades de alto nível de qualidade. O serviço social de que eu e minha família desfrutamos no Sesc não conseguiremos em lugar algum deste país, pelo baixo custo que esta instituição nos oferece.”

Gilson Paulino de Albuquerque, de São Paulo (SP)

FUNDEB

“Com a criação do Fundeb, sugiro um projeto que obrigue os prefeitos e governadores a apresentarem uma lista dos professores que recebem os 60%, ou seja, as entradas e saídas dos valores nas contas das prefeituras e governos estaduais, demonstrando como são utilizados os recursos do fundo. Atualmente, da forma que é o Fundeb, é impossível uma fiscalização, pois só temos acesso às entradas, o que dificulta a transparência.”

Marcos Nobre Frazão, de Antonina do Norte (CE)

IMPOSTO DE RENDA

“Sugiro que o Refis III seja estendido a todos os brasileiros com dificuldades de parcelar dívidas, observados os princípios da isonomia e equidade.”

Neire de Sá Dantas, de Natal (RN)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar,

CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

PAPEL DO SENADO

Cláudio Portella, de União da Vitória (PR)

“Qual é o papel do Senado Federal na transformação do Brasil?”

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) responde:

O Senado, nas suas comissões temáticas, discute os problemas cruciais que envolvem o desenvolvimento do país, prezado Cláudio. Cabe aos senadores a responsabilidade de discutir e propor soluções para as questões prioritárias nas áreas social e econômica. O Senado delibera sobre propostas para saúde, educação, infra-estrutura, segurança, crianças e adolescentes e outros temas de grande relevância para a sociedade. Aqui também se discute com exclusividade a dívida dos estados. É também o Senado que aprova os nomes de todos os diretores das agências reguladoras. Em decisões que envolvam a área econômica, cabe ao Senado discutir e aprovar as diretrizes do Plano Plurianual; fixar o Orçamento anual; estabelecer as diretrizes para a economia e as metas da inflação e os índices de crescimento. Por tudo isso, você pode ver que temos uma participação fantástica no processo de crescimento do país.



Agora é lei

Lei beneficia micro e pequenas

Já está em vigor o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Conhecida como Supersimples, a lei fixou um regime tributário diferenciado que determina a unificação e simplificação de seis impostos e contribuições federais (IRPJ, PIS, Cofins, IPI, CSLL e INSS), além do ICMS (estados) e do ISS (municípios), para as micro e pequenas empresas que faturam até R\$ 2,4 milhões por ano. A unificação e simplificação tributária passará a vigorar apenas no dia 1º de julho. No dia 1º de janeiro passa a valer o restante da lei, com exceção de itens que ainda dependem de regulamentação posterior. Com as medidas introduzidas para facilitar a vida de micro e pequenas empresas, o governo prevê a criação ou formalização de 1 milhão de empresas, hoje na informalidade. Por essas projeções, seriam criados de 2 milhões a 3 milhões de empregos formais. A lei fixa mudanças no sistema de alíquotas: a partir de agora elas variam de acordo com o faturamento da empresa e vão de 4% a 11,61% no comércio. As indústrias terão um acréscimo de meio ponto percentual e as empresas do setor de serviços, 50% a mais do que é cobrado do comércio. A lei também facilitou o processo de abertura das empresas e lhes dá preferência na participação de licitações públicas de até R\$ 80 mil. Será possível parcelar as dívidas tributárias vencidas até 31 de janeiro de 2006 em até 120 meses. A parcela mínima é de R\$ 100. Os autônomos passam a recolher 11% para o INSS. Hoje a alíquota é de 20%. No entanto, o trabalhador poderá se aposentar apenas por idade (60 anos para mulher e 65 para homens), e não por tempo de contribuição.

Frases

“Quem quiser votar que venha e bote a cara no Plenário, porque comigo não contará”

Heloísa Helena, condenando decisão por voto simbólico da MP contestada por ambientalistas que permite o plantio de transgênicos em áreas vizinhas às unidades de conservação.

“O Estado não deve ser locomotiva de desenvolvimento, mas sim um navio quebragelos, um removedor de obstáculos”

Jefferson Péres, após ouvir o ministro Guido Mantega sobre a política econômica no segundo governo Lula.

“O Brasil fez uma opção pela democracia representativa e não há democracia representativa sem Parlamento. Se houver erro ou distorção, deve ser corrigido, mas não se pode agredir a instituição, pois estaremos agredindo uma instituição essencial para a democracia”

Renan Calheiros, sobre o aumento dos salários dos parlamentares.

“Se não tivermos uma política, o princípio constitucional da isonomia entre os Poderes nunca vai acontecer de fato. Defendo que congelemos o salário do Judiciário até que o do Legislativo o alcance”

Aloizio Mercadante, que defendeu a medida depois que o STF se manifestou contra o aumento de 91% nos salários dos parlamentares.

“Nunca se cumpriu, econômica e juridicamente, a Lei Kandir: sempre se ficou à mercê da vontade política. Temos uma lei técnica cuja aplicação é política”

Pedro Simon, criticando o governo federal quanto aos repasses da Lei Kandir aos estados.

“Desfizeram um acordo que estava redondinho. A tendência de veto do presidente é muito grande. Do jeito que ficou, a verba da cultura será canibalizada”

Ideli Salvatti, sobre decisão da Câmara, de voltar a incluir o esporte como beneficiário dos incentivos dados à cultura.

Foto da Semana

Heloísa Helena manda um beijo para as galerias do Plenário ao despedir-se do Senado na sexta-feira, após a última sessão do ano. Por ter concorrido à eleição para presidente da República, Heloísa, cujo mandato termina em 31 de janeiro de 2007, não assumirá outro cargo eletivo. Em vez do tom choroso de seu pronunciamento de despedida na outra semana, Heloísa Helena, sorridente, esbanjou bom humor



GERALDO MAGELA

SENADO

Revista traz balanço dos trabalhos deste ano

A Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs) lançou na semana passada a nova edição da revista *Senado*, que apresenta em 88 páginas um balanço das atividades dos parlamentares e de todos os setores da Casa. Os assuntos que dominaram os debates e as ações dos senadores em 2006 são analisados pela publicação.

Temas ligados aos direitos dos cidadãos ganham destaque, como a política de cotas e a legislação direcionada à defesa de crianças, adolescentes,

deficientes físicos, mulheres e idosos. Problemas como a crise na segurança pública e na agricultura, que mereceram a atenção dos parlamentares neste ano, também têm espaço na revista, assim como os esforços para modernizar o Judiciário e a legislação tributária.

A revista *Senado* de 2006, cuja primeira edição teve 5 mil exemplares, é um trabalho conjunto do **Jornal do Senado** e da Agência Senado, e se insere na busca da Casa por mais transparência e diálogo com a sociedade.

“É preciso seguir na direção de modernizar a atuação e a representação política”, afirma, em artigo publicado na revista, o presidente do Senado, Renan Calheiros, que destacou o aperfeiçoamento das regras das medidas provisórias como exemplo de votação importante para o país, mesmo em meio à campanha eleitoral.

Além disso, Renan sublinhou a busca de soluções para impasses políticos e a ação fiscalizadora do Senado.



OBRAS RARAS

Barão Homem de Mello analisa Constituição de 1824

Político e escritor brasileiro, o barão Homem de Mello formou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo em 1858. Foi presidente das províncias de São Paulo (1864), do Ceará (1865-1866), do Rio Grande do Sul (1867-1868) e da Bahia (1878), deputado-geral (1867-1868 e 1878-1881) e ministro do Império (1880). Presidiu o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, e foi nomeado conselheiro do imperador e barão por decreto a 4 de julho de 1877.

No estudo que é objeto da obra, o autor analisa o processo de elaboração da Constituição de 1824, comparando o projeto em discussão na Constituinte

dissolvida pelo imperador e o texto da Constituição, outorgado em 25 de março de 1824. O barão Homem de Mello faz uma defesa da Assembléia Constituinte, então acusada de ter sido uma reunião de irresponsáveis e que teria chegado a colocar em risco a independência política, recém-conquistada.

Outros trabalhos históricos e geográficos de Homem de Mello encerram vasta documentação cartográfica e relatórios circunstanciados das suas explorações e excursões. Quando catedrático do Colégio Militar publicou o *Atlas do Império do Brasil*, forneceu os subsídios para a carta física do Brasil e, em 1909, trouxe a lume o *Atlas do Brasil*, com 33 mapas.

HOMEM DE MELLO, *Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, Barão, A Constituinte Perante a Historia*. Rio de Janeiro: 1863. 199 p.

As resenhas e as imagens de obras raras, veiculadas quinzenalmente neste espaço, são produzidas pela Biblioteca do Senado. Mais informações podem ser obtidas no site www.senado.gov.br/sf/biblioteca, pelo e-mail sbib@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-3943.



Renan (E), Aldo e Inocêncio, com suas esposas, e Sérgio Guerra, Antonio Carlos, Botelho e Tuma

Missa celebra fim da sessão legislativa

Parlamentares e servidores participaram na última quarta-feira, dia 20, de missa em ação de graças por ocasião do encerramento dos trabalhos legislativos e confraternização de Natal.

Durante o sermão, o arcebispo de Brasília, dom João Braz de Aviz, afirmou que o ano legislativo está sendo encerrado com fatos positivos e negativos. Ele destacou a questão dos salários dos parlamentares.

– Não é aceitável que um parlamentar ganhe R\$ 800 por dia, quando um trabalhador ganha R\$ 12. Não é aceitável que o Judiciário possa legislar em causa própria, quando demonstra falta

de sensibilidade para os problemas do povo para quem as leis são feitas – declarou.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, foi convidado por dom João Braz para ler trecho do livro do profeta Isaías e a senadora Heloísa Helena (PSOL-PT) fez a leitura de um salmo.

Nove toneladas de alimentos são doadas

No mesmo dia, funcionários da Gráfica do Senado deram início à distribuição de 9.200 quilos de alimentos. Os doativos serão encaminhados a oito instituições beneficentes do Distrito Federal e Entorno, segundo o diretor da Secretaria Especial de Editoração

e Publicações, Júlio Pedrosa.

– Os alimentos são recolhidos há quatro anos, mas dessa vez batemos o recorde. São alimentos doados pelos funcionários da gráfica – explicou.

Os alimentos foram doados à Casa Transitória de Filhos de Presidiários, em Taguatinga; à Creche Lucas Evangelista, no Recanto das Emas; à Casa de Ismael/Lar da Criança e à Paróquia Nossa Senhora de Guadalupe, na Asa Norte; à Creche do Padre Abdon, em São Sebastião; à Casa da Sopa Fraternidade Pastoral de Maria, no Cruzeiro Velho; à Escola Maria Teixeira e ao Grupo Crescer, do Jardim Ipê, ambos em Luziânia (GO).

Site premia parlamentares mais atuantes

Os senadores Alvaro Dias (PSDB-PR), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Jefferson Péres (PDT-AM) receberam o prêmio de senadores mais atuantes da presente legislatura, concedido pelo *site* Congresso em Foco. O “Primeiro Prêmio Congresso em Foco” foi concedido aos 40 parlamentares mais atuantes – 15 senadores e 25 deputados – pré-selecionados por jornalistas e escolhidos por 5,3 milhões de internautas.

Vencedor entre os senadores, Alvaro Dias prestou homenagem ao jornalismo brasileiro, que, segundo ele, “mostrou competência diante da tragédia ética”.

– Essa iniciativa estimula a discussão sobre a reforma indispensável do Poder Legislativo – observou Alvaro.

Já Eduardo Suplicy declarou que a premiação guarda relação com a vontade dos eleitores.



Deputado Paulo Afonso, senadores Eduardo Suplicy e Alvaro Dias e deputado Gustavo Fruet estiveram entre os homenageados

– Continuaremos nossa batalha pelo aperfeiçoamento das instituições democráticas, pela ética na política e pela transformação do Brasil numa nação mais justa.

Para Jefferson Péres, o público que fez a seleção é crítico e representa um segmento social expressivo. Ele acredita que o prêmio estimulará os parlamentares a melhorar sua atuação.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janáina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.
Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa,

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Assembleia de condomínio é soberana

Ir a reuniões de condomínio pode não ser um dos melhores programas para se fazer. A maioria das pessoas costuma participar das assembleias somente quando é afetada por algum assunto que será decidido. Mas é importante lembrar que quem não comparece, além de

perder a oportunidade de votar e decidir, tem que cumprir todas as decisões da assembleia, sejam justas e adequadas ou não.

Veja nesta edição de *Especial Cidadania* como deve ser uma assembleia e dicas para saber se o condomínio está sendo bem administrado.

Síndico responde por atos e omissões

O síndico é o representante e procurador dos condôminos e deve ser eleito em assembleia por um máximo de dois anos, permitida a reeleição. Ele pode ser inquilino ou proprietário, ou ainda um administrador contratado. Sua função é administrar e executar as deliberações das assembleias. Responde por seus atos e também pelas suas omissões (quando deixa de fazer seguro do prédio ou cobrar a parcela do fundo de reserva, por exemplo). O síndico pode ser destituído pela maioria dos condôminos (50% mais um) presentes em assembleia geral especialmente convocada para

isso. Algumas convenções obrigam os condôminos a assumirem a função de síndico, em caráter de revezamento, e, caso alguém se recuse, deve pagar a outro condômino ou empresa para exercer a função. Isso evita que uma mesma pessoa seja síndica por anos.

É importante que a convenção também defina que a remuneração do síndico, ou a isenção da sua parcela das despesas ordinárias durante o seu mandato, seja decidida em assembleia, facilitando a gestão do condomínio.

Conselho fiscal

Ao conselho fiscal ou consultivo, composto por três membros eleitos em assembleia por prazo não superior a dois anos, cabe analisar e dar parecer sobre as contas do síndico e fiscalizar os serviços prestados, especialmente se tiver sido contratado uma administradora como síndico.

Administradoras e fornecedoras de mão-de-obra e serviços

Para se gerir um condomínio, pode-se recorrer a esses

dois tipos de empresa, que têm funções econômicas e relações jurídicas diferentes. A administradora de condomínios executa as atividades do síndico: contrata pessoal, prevê despesas, presta contas, elabora folha de pagamento, cobra as contribuições condominiais e paga encargos, tributos e contribuições. Essas empresas podem até ser eleitas pelos moradores como "síndicas", transferindo a uma organização profissional a gestão do condomínio. As administradoras cobram um percentual sobre a

arrecadação do condomínio como remuneração pelos seus serviços. O contrato pode ser firmado pelo síndico ou pela

ata da assembleia, caso a empresa seja eleita síndica. Nesse caso, o conselho fiscal passa a ser o responsável pela fiscalização e pela cobrança por eficiência dos serviços da empresa, salvo se a assembleia dispuser de modo diferente.

A fornecedora de mão-de-obra ou de serviços especializados em condomínios funciona de forma diferente. O condomínio determina o número de pessoas de que necessita para executar os serviços e paga um valor livremente estabelecido com a empresa prestadora de serviços. É importante saber que, se a empresa não quitar os encargos trabalhistas, a Justiça do trabalho pode condenar o condomínio a pagá-los. Para contratar esse tipo de prestação de serviços, precisa-se verificar a idoneidade da empresa e dos seus sócios, e, se for o caso, exigir uma carta de fiança para diminuir o risco de prejuízo em caso de desativação, falência, ou simples desaparecimento da empresa e dos seus sócios.



Condomínio pode contratar empresa especializada para cuidar da administração e dos funcionários

COMO OS RECURSOS SÃO ADMINISTRADOS

► **O rateio das despesas:** no caso de condomínio, a relação jurídica é civil, portanto, não se aplicam as regras previstas no Código de Defesa do Consumidor. Se não houver previsão específica na convenção, as despesas ordinárias e extraordinárias são divididas considerando-se a fração ideal de cada unidade, ou seja, quem tem imóvel maior paga mais. No entanto, se, por exemplo, estiver prevista a divisão por unidade, vale a convenção, ainda que injusta. É comum os incorporadores registrem a convenção com privilégios para algumas unidades, como contribuição igual para as maiores; uso privativo de áreas comuns; vagas de garagem maiores, etc. Ao adquirir um imóvel em con-

domínio, examine a convenção para conhecer os seus direitos.

► **Fundo de reserva e seguro:** o fundo de reserva é um percentual das despesas ordinárias arrecadado mensalmente para formar uma poupança para despesas imprevistas e de urgência, e para viabilizar as grandes reformas. Deve ser apartado do caixa do condomínio e aplicado em instituição financeira para não perder seu valor real, em aplicação resgatável em, no máximo, 24 horas. Resolvida a emergência, o síndico tem a obrigação de fazer o rateio das despesas e cobrá-las dos condôminos, de forma que, no mês seguinte, já possa começar a recompor o fundo de reserva.

A assembleia geral não pode

distribuir o fundo de reserva entre os condôminos, exceto se a decisão for aprovada pela totalidade dos proprietários, sem qualquer dissidência ou ressalva.

► **O seguro:** o síndico deve contratar os seguros pelo valor real das construções, caso contrário poderá ser acionado por negligência em caso de sinistro e ter até que indenizar os demais condôminos. A lei determina que o seguro não deve ser apenas para o caso de incêndio, mas, sim, para os sinistros que possam destruir total ou parcialmente o imóvel. O município pode cobrar multa dos condomínios que não contratarem seguro até 120 dias depois de concedido o "habite-se".

COMO AS DECISÕES SÃO TOMADAS

Acima das decisões da assembleia só estão a lei comum, especialmente a Lei 4.591/64, e a convenção do condomínio. Assim, essas decisões só podem ser anuladas judicialmente ou por outra assembleia.

É obrigatório que o convite (edital de convocação) seja entregue a cada morador, com recibo, e amplamente divulgado nos elevadores e quadros de avisos, com antecedência (em geral, 15 dias). O edital deve obedecer a convenção, ser assinado e esclarecer, por exemplo, se a assembleia é ordinária ou extraordinária; o local, a data e hora; o tempo entre primeira e

segunda convocação; e os assuntos em pauta. Se a convocação se refere a "assuntos gerais", estes só podem ser discutidos. Para ser votado, o tema deve estar explícito na convocação.

Assembleia ordinária: anualmente, deve haver pelo menos uma assembleia, convocada pelo síndico, para decidir sobre despesas; conservação e manutenção; contribuições; prestação de contas do síndico e eleição de novo síndico, subsíndico e de conselheiros, se for o caso.

Assembleia extraordinária: é destinada ao exame e deliberação de situação especial. Poderá haver tantas quantas exigirem os

interesses do condomínio, mediante convocação do síndico ou de condôminos que representem 25% do condomínio.

Nulidade da assembleia: uma assembleia torna-se nula se o síndico, até oito dias após sua realização, não comunicar aos condôminos por escrito o que tiver sido deliberado. Também pode ser anulada se for desobedecido o quórum para a tomada de decisões ou se algum condômino não tiver sido notificado. Mesmo o condômino inadimplente deve ser convocado, pois a sua inadimplência só o exclui do direito de opinar e votar, não do direito de ser convocado.

CONVENÇÃO DEVE SER REGISTRADA EM CARTÓRIO

A convenção de condomínio pode ser instituída por escritura pública ou documento particular, mas, em qualquer caso, deve ser registrada no cartório do registro de imóveis onde se encontrar registrado o imóvel. Para alterar a convenção, é necessária a assinatura, em assembleia, dos condôminos que representem, pelo menos, 2/3 das frações ideais e averbar as mudanças no cartório do registro de imóveis onde a convenção anterior tiver sido registrada.

A convenção vale para os condôminos que a assinaram, os que não compareceram e todos

os que adquiram ou ocupem o imóvel. Isso porque, se o documento encontra-se registrado em cartório, ninguém pode alegar desconhecê-lo. A convenção deve conter:

- a especificação das áreas privativas e das do condomínio;
- o uso e destino a ser dado a cada área;
- o modo de usar as instalações e serviços comuns;
- a forma e proporção do rateio das despesas ordinárias e extraordi-

- nárias e do fundo de reserva;
- a forma de eleger o síndico e o conselho consultivo;
- as atribuições do síndico;
- a forma e os prazos de convocação das assembleias gerais; e
- o quórum para os diversos tipos de votações.

Saiba mais

Júris Way - Sistema Educacional on Line
www.jurisway.org.br/v2/

Portal dos Condomínios
www.portaldoscondominios.com.br/

Direcional Condomínios
www.direcionalcondominios.com.br/